

Editorial

SERGIO RUY BARBOSA
Presidente do Consad



Investir em conhecimento

A melhoria da gestão pública depende do apoio amplo da sociedade para uma administração pública cada vez mais eficiente, transparente e responsável.

Com frequência os investimentos governamentais nessa área são pouco visíveis para a população em geral, assim como os ganhos demoram a ser percebidos. Foi com o intuito de informar e ampliar o debate que, pela segunda vez, o CONSAD apoiou os estados a prestarem contas de sua atuação no último quadriênio.

O livro *Avanços e Perspectivas na Gestão Pública II* traz as tendências mais recentes assim como oferece caminhos alternativos para os governos recém-eleitos, tanto no plano federal como estadual. O livro também deu ensejo à realização de um seminário, em parceria com o Jornal *Valor Econômico*, incluindo, além dos estados, a atuação do Governo Federal, dos municípios e da iniciativa privada nesse campo. O seminário aprofundou as discussões trazidas na publicação e representou um passo importante no sentido de trazer para a pauta do país o tema da eficiência na administração pública. Cerca de 150 mil leitores do jornal receberam encarte contendo os principais temas debatidos no evento.

O CONSAD vem, dessa maneira, contribuindo para que a defesa e o debate sobre a Gestão Pública se faça de maneira ampla e democrática, assim como para que se construam pautas convergentes para seu necessário progresso.

Boa Leitura!

Sumário

- 4** CAPA
Gestão: avanços e perspectivas
- 8** ENTREVISTA
Planejamento e gestão em uma só pasta
- 11** ACRE
AC realiza I Fórum de Gestão de Pessoas
- 12** ALAGOAS
Qualificação à distância
- 14** BAHIA
Atendimento com hora marcada
- 16** CEARÁ
Congresso fortalece compromisso com avanço da gestão
- 18** ESPÍRITO SANTO
ES inaugura primeira central de atendimento
- 20** GOIÁS
Goiás implanta sistema de gestão de pessoas
- 23** MATO GROSSO
Boletim de Pessoal traz informação completa sobre servidor
- 24** MINAS GERAIS
Desempenho dos Gestores Públícos: uma nova forma de avaliar “competência em ação”
- 26** PARÁ
Sead moderniza gestão de processos
- 30** PARANÁ
Paraná fortalece processos de gestão
- 32** PERNAMBUCO
Nova gestão da previdência
- 34** PIAUÍ
Agilidade no atendimento
- 36** RIO DE JANEIRO
Banco Mundial financiará atividades inovadoras
- 38** RIO GRANDE DO NORTE
Estado investe em pesquisa
- 40** RIO GRANDE DO SUL
RS investe na gestão pública
- 43** RONDÔNIA
Informatização na área de recursos humanos
- 44** SANTA CATARINA
Programa moderniza comunicações em SC
- 46** SÃO PAULO
Poupatempo chega a 25 cidades
- 51** TOCANTINS
TO implanta projeto de troca de experiências
- 52** ARTIGO
Transversalidade e cooperação em busca do desenvolvimento regional



I Seminário Avanços e Perspectivas da Gestão Pública

Gestão: avanços e perspectivas

Livro editado pelo Consad, baseado em pesquisas feitas nos estados, revela melhorias em setores importantes, caso das compras públicas, e aponta desafios a serem superados. Profissionalizar a administração é o caminho para seguir avançando

Por Renata Batista ■

O segundo livro editado pelo Consad sobre os principais avanços e desafios enfrentados pelos estados revela conquistas em setores-chaves que indicam maior transparência na gestão pública brasileira. **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados II** também aponta desafios, como a necessidade de encontrar modelos sustentáveis para a Previdência, e orienta para a necessidade de dar prosseguimento às plataformas que têm por objetivo aprimorar os serviços prestados ao cidadão, refinando o binômio custo-efetividade.

Dos sete capítulos do livro, cinco tratam especificamente de assuntos relativos à gestão e tiveram como base questionários respondidos pelos estados. Tabulados, esses resultados foram tratados como pesquisas independentes sobre temas diversos,

como gestão de recursos humanos, estruturas governamentais e transparência, entre outros assuntos. "O livro é uma espécie de catalizador sobre as discussões que vêm acontecendo no âmbito do Consad nos últimos quatro anos", diz Sergio Ruy Barbosa, secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro e presidente do Consad.

O lançamento do livro, realizado em setembro deste ano, durante seminário feito em parceria com o jornal Valor Econômico sob o mesmo tema, em Brasília, é parte de uma série de ações que visam o fortalecimento das gestões nos estados. Entre elas estão investimentos no conhecimento sobre gestão, caso desse livro e das três edições do Congresso Consad de Gestão Pública. Em três anos, esses encontros reuniram 5 mil pessoas, a maioria servidores

estaduais, que enviaram 400 papers, muitos dos quais relatam os avanços alcançados através de boas práticas realizadas no âmbito dos estados.

O seminário em parceria com o Valor Econômico representou um passo adiante: 150 mil leitores do jornal receberam um encarte com as principais discussões ocorridas no evento, fazendo com que o tema gestão pública atingisse a um número maior e mais diverso de pessoas.

| Convergência

O seminário **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública** contou com palestrantes que representam segmentos diversos, incluindo representantes do setor público, como o chefe da Controladoria Geral da União (CGU), ministro Jorge Hage Sobrinho, e o presidente do Movimento Brasil Competitivo, Jorge Gerdau.

O ponto convergente entre todas as palestras foi a necessidade de os estados investirem em tecnologia e de se tornarem cada vez mais eficientes em todos os seus campos de atuação. Entretanto, pontuaram, será necessário intensificar ações no campo político. "Sem a politização da agenda de gestão, não avançaremos. A (palavra) politização tem sido usada com sentido negativo, mas é o contrário. Precisamos dar visibilidade ao tema porque é nos estados onde a gestão ganhou mais destaque que as práticas mais avançaram", diz o secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Francisco Gaetani, palestrante no seminário e autor de um dos artigos do livro.



"O LIVRO É UMA ESPÉCIE DE CATALIZADOR
SOBRE AS DISCUSSÕES QUE Vêm
ACONTECENDO NO ÂMBITO DO CONSAD
NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS"
SERGIO RUY BARBOSA



Gaetani ressalta que os estados avançaram em áreas consideradas delicadas, como avaliação de desempenho e remuneração variável. Para ele, há setores em que os estados avançaram mais do que a União. Cita como exemplo as práticas de execução orçamentária abordadas no artigo sobre Gestão da Despesa Pública assinado pela consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fátima Cartaxo, e pelo professor da Fundação Dom Cabral, Caio Marini.

"O Brasil precisa de uma nova lei de finanças públicas. A atual é de 1964 e foi inspirada nas reformas orçamentárias dos Estados Unidos da década de 1920. A Lei de Responsabilidade Fiscal tam-

bém precisa de atualização", defende, chamando atenção para a necessidade de melhorar a qualidade do gasto. "O gasto público com foco em resultados ainda é tímido".

| Atuação política

O presidente do Consad, Sergio Ruy Barbosa, defende a inclusão do tema na pauta dos estados para o próximo mandato, além da criação de um novo marco legal da administração pública e, principalmente da reforma da Lei 8.666, que trata das compras públicas.

"Para o próximo período, tenho certeza de que os secretários terão que se preocupar em buscar uma atuação mais política do Consad. Um dos focos deve ser o projeto de lei que o governo federal já enviou ao Congresso sobre compras públicas. A lei das licitações tem mais de 20 anos", afirma.

Questionado sobre o impacto da política na agenda da gestão pública, o cientista político Fernando Abrúcio, autor de um dos artigos do livro, lembrou que as políticas de distribuição de renda inseriram milhões de brasileiros no mercado de consumo. Segundo ele, as pesquisas mostram que essa camada da sociedade demandará mais serviços públicos. "A pressão sobre os governantes aumentará consideravelmente. Os partidos políticos serão atingidos antes mesmo dos gestores e não estão preparados para isso", acredita.

Uma das tendências, avalia Abrúcio, é que a sociedade caminhe para a criação de instituições que fiscalizem as políticas públicas, independente daquelas que já existem hoje. "Precisaremos de novos controles que não foquem no cumprimento da lei, mas no resultado alcançado", disse. "Os mecanismos de controle existentes não estão focados no que realmente importa. Se estivessem, mostrariam a ineficiência da gestão pública", completa.

| Desafios

O secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Marcos Monteiro, ressalta outros aspectos do desafio político a ser enfrentado pelos estados. Segundo ele, houve avanço na conscientização dos gestores de que não é mais possível descartar políticas públicas apenas porque foram iniciadas em governos anteriores. A questão agora é aumentar as sinergias entre as pastas para potencializar o uso dos recursos. "Esse é um desafio mais político do que de gestão, porque os resultados e os recursos deixam de ser de uma ou outra pasta e passam a ser do programa em questão", resume.

Para Monteiro e para a secretária de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Renata Vilhena, as questões políticas já aparecem no dia-a-dia. No seminário, a secretária relatou a necessidade de negociar novos acordos trabalhistas com o funcionalismo para a implantação de programas de remuneração baseados em resultados. A implantação de um sistema único de telecomunicações, como ocorre na nova cidade administrativa de Minas, é citada como exemplo de atuação transversal entre as Secretarias.



Fernando Abrúcio fala no Seminário Avanços e Perspectivas da Gestão Pública

A reforma ainda não acabou

No artigo **Reforma da Gestão Pública nos Estados: Avanços e Desafios na Institucionalização de uma Agenda**, o cientista político Fernando Abrúcio, coordenador do mestrado e doutorado em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, procura consolidar as informações relatadas nos outros textos do livro. Em sua palestra no seminário de lançamento da publicação, Abrúcio mostrou que a reforma ainda não acabou. Pelo contrário, há desafios importantes para novos governantes e para os reeleitos.

Abaixo as principais conclusões de Abrúcio:

| A questão fiscal

Do ponto de vista da gestão pública, a tradição mais reformista veio do Governo Federal e não dos subnacionais, porque a crise fiscal foi a mãe de todas as necessidades. Agora, embora a questão fiscal continue a ser importante como impulsionadora de reformas, a agenda não é só a do sufoco financeiro. O Brasil tem uma agenda que supõe que o eleitorado quer o melhor uso dos recursos. Não se trata de uma agenda fiscal negativa, mas positiva. Começamos a pensar no que é gasto bom e no que é gasto ruim.

| As etapas da reforma

A reforma da Gestão Pública nos estados brasileiros ocorre sob múltiplos aspectos. As reformas iniciais, em geral, são aquelas voltadas para aumentar a eficiência, como as do orçamento e os investimentos em tecnologia da informação. Essa é uma agenda de eficiência que aparece em vários lugares do mundo. Em seguida, vem a melhoria do desempenho governamental, que não é a mesma coisa que eficiência. Nesse caso, o objetivo é melhorar a qualidade e a efetividade dos serviços públicos. É o que se chama, no plano internacional, de melhoria da governança pública. O passo seguinte, em geral, é a construção de índices de acompanhamento de desempenho. Nesse campo, ainda há muito espaço para avanços.

| Para recuperar a agenda perdida

Os estados não se encontram no mesmo nível e a forma de lidar com as agendas tende a ser diferente devido à heterogeneidade entre eles. Há vários estados que terão que intensificar alguns pontos da reforma; outros terão que atacar vários pontos simultaneamente. Para um processo mais avassalador, será necessário desenvolver iniciativas de articulação coletiva e, nesse sentido, Consad e Governo Federal desempenharão papéis muito relevantes.

| Prioridades

Os estados precisam recuperar a inteligência governamental perdida ao longo das décadas de 1980 e 1990. Faltam instituições que pensem os estados no longo prazo. Com essa agenda reformista, a falta de preocupação com o planejamento de longo prazo pode comprometer as reformas. Além disso, essa demanda precisa acoplar iniciativas na área de gestão de RH e desempenho profissional. Há bons sinais. As realidades ainda são muito distintas, mas há claramente uma agenda de motivação nos estados. ☐

Em caderno do Valor Econômico, Consad alcança 150 mil pessoas

Há quem resuma o conceito de História como a disciplina que estuda os fatos passados com o objetivo de entender o presente e construir o futuro. Não à toa, o secretário de Gestão Pública do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), Thiago Falcão, definiu o seminário “Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados”, realizado pelo Consad em parceria com o jornal Valor Econômico, como um momento histórico para o Consad.

Além da análise do movimento de reforma dos estados nos últimos anos e dos desafios para os que estão por vir, o seminário também abordou casos nas várias esferas de governo - de Minas Gerais à Controladoria Geral da União (CGU).

“O Consad sempre contribuiu para o debate no âmbito dessa comunidade, que inclui pesquisadores, gestores, servidores - um conjunto de segmentos que tem interesses legítimos no tema. Com a realização do seminário e a publicação de um caderno especial no Valor Econômico, todos esses temas discutidos internamente foram conhecidos pelos cerca de 150 mil leitores do jornal”, resume o presidente do Consad, Sergio Ruy Barbosa.



Transparência

A transparência pública aparece como um dos maiores desafios dos gestores nos próximos anos. Responsável por capitanejar esse movimento de dentro do Governo Federal, o Chefe da Controladoria Geral da União (CGU), ministro Jorge Hage Sobrinho, define o conceito de transparência como o fornecimento de informação verdadeira em linguagem acessível. Ele relatou no seminário as etapas percorridas para a criação de um estado mais aberto.

“O CONTROLE TEM QUE SER RIGOROSO PARA COIBIR OS VÍCIOS, MAS NÃO PODE IMPEDIR A BOA GESTÃO. TEM QUE FUNCIONAR COMO UM ELEMENTO DE ALERTA”.
MINISTRO JORGE HAGE SOBRINHO (CGU)

“A lei brasileira ainda não regula bem o assunto. Por isso, as iniciativas mais recentes foram no sentido de regulamentar a transparência em todas as esferas do governo”, resume o ministro.

Linha do tempo da transparência



Planejamento e gestão em uma só pasta

O governador reeleito do Ceará, Cid Gomes, é o anfitrião do encontro conjunto do Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad) e do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (Conseplan). A escolha da cidade de Fortaleza é mais do que acertada. Além das belezas naturais e de registrar uma das maiores taxas de crescimento econômico da região, o Estado é também um dos poucos a reunir, em uma única pasta, as funções de planejamento e gestão pública.

Trata-se de um dos fatores que favorece a implementação de políticas públicas eficientes, como demonstram alguns dos artigos do livro “Avanços e Perspectivas da Gestão Pública”, editado pelo Consad. Em entrevista à revista Governança e Desenvolvimento, o governador fala sobre gestão pública e o impacto sobre os serviços e o desempenho do Estado.



Por Renata Batista ■

O conceito de gestão eficiente começa a ser adotado nas várias esferas de governo. Qual a sua avaliação sobre o tema?

CID GOMES - O princípio essencial da gestão pública é a eficácia agregada à qualidade de servir à coletividade. Dentro desse cenário, sempre buscamos formas de estimular a melhoria no serviço prestado ao cidadão tendo o servidor público também como foco. Para isso, criamos a Medalha e o Prêmio de Mérito Funcional, que são o reconhecimento dos funcionários que tenham se destacado no desenvolvimento de uma ação inovadora. O novo modelo de avaliação de desempenho já foi implantado e consolidado na Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag) e está em fase de implantação nas secretarias da Educação, da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, no Instituto de Previdência do Estado, no Conselho do Meio Ambiente, na Superintendência do Meio Ambiente e na Agência Reguladora. A metodologia utilizada é participativa, com envolvimento dos gestores e servidores nos processos de construção e validação dos produtos, na pactuação de metas, e na comunicação e divulgação das atividades que se encontram em desenvolvimento. A partir dos Resultados Estratégicos de Governo, são estabelecidos os resultados setoriais e, em sintonia com es-

ses resultados, são definidas anualmente as metas institucionais, por coordenadorias, que se desdobram em metas individuais, o que permite aferir, não apenas o desempenho individual dos servidores, mas da Secretaria como um todo.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o governo federal têm diversas linhas de apoio a projetos na área de gestão pública. O Ceará já usa ou pretende usar alguma dessas linhas? Quais? Para que projetos?

CID GOMES - Os recursos para a implantação do Programa de Modernização Fiscal do Estado do Ceará (Profisco-Ce) já foram garantidos. Compreende um empréstimo de US\$ 41 milhões junto ao BID para financiar o Programa. No total, serão investidos US\$ 50 milhões, já que a contrapartida do Estado é de US\$ 9 milhões. Dos recursos, 74% serão destinados à eficiência da administração tributária, incluindo o projeto Automação da Fiscalização da Mercadoria em Trânsito. Ou seja, na inspeção do transporte de mercadorias pelas divisas do Estado, aeroportos, portos e centros de triagem postal. Outros 23% serão direcionados à gestão de recursos estratégicos, que engloba o aper-

feiçoamento dos mecanismos de transparéncia e comunicação com a sociedade, modernização da gestão e aperfeiçoamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, aperfeiçoamento da gestão de recursos humanos e fortalecimento da gestão do conhecimento. 3% serão destinados a administração financeira, patrimonial e controle financeiro. Esse empréstimo terá um prazo de 20 anos e um período de carência de quatro anos. Ele também financiará a implantação de um centro de gerenciamento eletrônico de documentos e imagens e criará centros que integrarão dados para permitir que o Estado aprimore a supervisão e reduza a evasão fiscal. Dessa forma, o cadastro de contribuintes do Estado poderá ser integrado com o banco de dados do Governo Federal.

Pesquisa realizada pelo Consad, no âmbito do Pnage, indica que um dos maiores desafios dos Estados brasileiros é melhorar o relacionamento com os servidores. Quais os principais projetos do Ceará nesse sentido?

CID GOMES - Nós temos a capacitação de servidores, mediante contratação de cursos específicos e de inscrições em congressos, seminários e fóruns. Também contratamos consultorias para o desenvolvimento e implantação dos projetos "Banco de Talentos", "Avaliação de Desempenho" e "Redesenho dos Processos da Perícia Médica" e a modernização do ambiente físico e do parque tecnológico da Secretaria de Planejamento e Gestão, com melhoria significativa do ambiente de trabalho e do bem estar dos servidores.

A Lei da Transparéncia obriga as várias esferas de governo a publicarem na internet informações sobre arrecadação e gasto público. Qual a política do Estado do Ceará para dar transparéncia às decisões?

CID GOMES - Desde julho de 2008, temos à disposição o Portal da Transparéncia (www.transparencia.ce.gov.br) e nele é possível que o cidadão acesse todas as informações sobre as contas do Poder Público. Isso inclui despesas, investimentos, receitas, acesso a editais, concorrências públicas. Todas as informações sobre as contas da administração pública estadual estão lá. Além disso, o Portal recebe sugestões, críticas e denúncias que são protocoladas e é possível fazer o acompanhamento das providências que estão sendo tomadas.

Como o senhor avalia os indicadores de desempenho de áreas prioritárias, como Segurança, Saúde e Educação, no Estado?

CID GOMES - Os indicadores apontam sensível melhora no desempenho dos alunos da rede estadual de ensino. Temos atualmente o melhor desempenho do ensino médio da Região Nor-

deste. Para chegarmos a esse desempenho estamos realizando avaliações periódicas nos alunos, inclusive do ensino fundamental. Mapeamos dificuldades e buscamos soluções. No nível fundamental, implementamos, em parceria com todas as prefeituras, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) para eliminar o analfabetismo escolar logo nas séries mais elementares e estamos obtendo excelentes resultados. Na área da saúde, muitos projetos estão em execução e, creio, dentro de no máximo um ano e meio teremos a melhor rede de saúde pública do Brasil. Estamos construindo dois hospitais regionais no interior, um será entregue ainda este ano. No próximo mandato, faremos um terceiro. Também estamos construindo mais 21 policlínicas, 16 Centros de Especialidades Odontológicas, além de reformar e duplicar cada um dos hospitais da Região Metropolitana de Fortaleza. Em breve, vamos adquirir mais um hospital de regulação de leitos para a RMF e construir mais um de emergência para atender Fortaleza e, consequentemente, desafogar os hospitais públicos de emergência da Capital. Na área da segurança, o Ceará viu nos últimos quatro anos o maior investimento que esse setor recebeu. Em quatro anos, os valores destinados para segurança pública foram quadruplicados. Implantamos o "Ronda do Quarteirão" em toda a Região Metropolitana de Fortaleza e nas cidades com população acima de 80 mil habitantes, construímos 40 novas delegacias no interior do Estado, a nova Academia de Polícia, a Perícia Forense, a Divisão de Homicídios. Também convocamos cerca de 4.500 novos policiais. Essas ações, somadas a investimentos na educação e na geração de emprego, vão contribuir para que possamos reduzir os números da violência.

O Ceará recebeu, nos últimos anos, grandes investimentos atrelados ao porto do Pecém e às soluções logísticas que ele oferece. Como o Estado se prepara ou já se preparou para viabilizar pequenos e médios empreendimentos que venham a ser gerados em função desse novo cenário?

CID GOMES - O Porto do Pecém já é atualmente o porto brasileiro que mais exporta frutas frescas, calçados e está entre os três que mais exportam minério de ferro. Hoje ele está sendo quadruplicado e se viabilizando para receber grandes projetos, como a Siderúrgica e a Refinaria. O Complexo Portuário e Industrial do Pecém (CIPP) compreende ainda a Termelétrica e a futura Zona de Processamento e Exportação (ZPE). Com a vinda desses grandes investimentos, é claro que haverá uma série de novas empresas, criando novas oportunidades de emprego para os cearenses. Além disso, logo começaremos a construção do Centro de Treinamento Técnico-Corporativo do Pecém que formará mão-de-obra especializada para as empresas que se instalaram no CIPP. ☐

EMPRÉSTIMO* PESSOAL CONSIGNADO EXCLUSIVO PARA SERVIDORES PÚBLICOS¹



Você quer um banco eficiente, um banco ágil, um banco de confiança ou tudo isso junto?

- ★ **Prazos¹ super facilitados**
- ★ **Uma das melhores taxas de juros¹**
- ★ **Sem consulta ao SPC/Serasa**

Serviços que você quer com a segurança que você precisa. E você? Precisa de uma conta ou de soluções?

Banco Cruzeiro do Sul: mais que um Banco. O seu Banco.

Ligue:

0800 704 7405

ou procure um dos nossos Correspondentes

**CRED
FÁCIL
SERVIDOR
Você com valor.**



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

(*) Crédito sujeito a aprovação. (1) Consulte as condições, margem disponível e o Custo Efetivo Total (CET) previamente a contratação. Consulte as condições operacionais do seu convênio.



ACRE

AC realiza I Fórum de Gestão de Pessoas

Direcionado a gestores de pessoal e assistentes jurídicos, evento focou em políticas de meritocracia

Assessoria de Comunicação ■

A Secretaria de Estado de Gestão Administrativa (SGA), em parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), realizou o I Fórum de Gestão de Pessoas no Acre. Com foco em gestores de pessoal e assistentes jurídicos de 43 órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, o fórum teve como objetivo desenvolver o gerenciamento de pessoas em sintonia com a função social do serviço público, garantindo resultados efetivos na melhoria dos serviços prestados.

Nos primeiros encontros, ministraram palestras o secretário de Estado de Gestão Administrativa, Mâncio Lima Cordeiro; a secretária Adjunta de Pessoas, Núria Guerreiro; o procurador Geral do Estado, Dr. Roberto Barros; o procurador chefe da Especializada de Pessoal, Dr. Mauro Modesto; a diretora de Administração e Controle da SGA, Orlene Bessa; e a diretora de Desenvolvimento da SGA, Nádia Reis.

A programação foi planejada para desenvolver competências técnicas e gerenciais dos servidores que coordenam os setores de pessoal. Foram organizados em dez encontros, dos quais já aconteceram cinco, nos meses de julho e outubro deste ano, com média presencial de 145 pessoas por evento. Nesses encontros foram debatidos os seguintes temas: política de gestão de pessoas; sindicância e processo administrativo; titulação; análise da folha de pagamento; e descentralização da vida funcional.

Todos os temas foram escolhidos em conjunto com os participantes que puderam compartilhar experiências, disseminar conhecimentos e debater sobre possíveis soluções para as dificuldades e avanços vivenciados na área. “O Fórum tornou-se um espaço de reflexão sobre a gestão de pessoas, a valorização e desenvolvimento do servidor, e também sobre a implantação efetiva das estratégias e das ferramentas que integram a política de pessoal do Estado do Acre”, afirma Núria Guerreiro. ■

Foco na meritocracia

A meritocracia é um compromisso do Estado do Acre com a valorização do servidor por meio do seu crescimento profissional. Ao reconhecer que a obtenção de tais resultados depende de capital humano mais capacitado, participativo e, principalmente, comprometido com as metas estratégicas do Estado, a iniciativa resulta na excelência em prestação dos serviços públicos demandados pela sociedade.

Para isso, além do significativo investimento tecnológico direcionado à integração das diversas Secretarias de Estado e à ampliação da oferta dos serviços, a SGA tem priorizado o desenvolvimento de competências pessoais e organizacionais do servidor, mediante a garantia do acesso ao conhecimento.

Assim, o equilíbrio entre o investimento em tecnologia e a valorização dos servidores permitiu maior fluidez nos trabalhos, celeridade nos processos e maior profissionalização no planejamento da força de trabalho, no recrutamento de pessoal e no desenvolvimento de competências do servidor.



Qualificação à distância

Segesp lança Programa de Qualificação Continuada para servidores desenvolvido pela FGV

Por Mariana Lima | Segesp - AL ■

A base de sustentação do serviço público é o servidor. Com este norte, a Secretaria de Gestão Pública do Estado de Alagoas (Segesp), por meio da sua Escola de Governo, firmou uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para oferecer gratuitamente cursos à distância para atualização e capacitação dos seus servidores efetivos e comissionados. Estes cursos fazem parte do Programa de Qualificação Continuada (PQC), um desdobramento do Programa de Valorização do Servidor, que desde 2008 desenvolve ações de capacitação, saúde ocupacional e até artes para o funcionalismo.

Iniciativa pioneira em Alagoas, o PQC foi apresentado em agosto para coordenadores de Recursos Humanos de órgãos e secretarias do Poder Executivo. Participaram do evento o secretário de Gestão Pública, Guilherme Lima; o secretário-adjunto, João Carlos Barros, a superintendente de Desenvolvimento de Pessoas, Célia Leite, o diretor da Escola de Governo, José Klinger; e representantes da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A idéia é que os gestores atuem como multiplicadores e difusores da idéia por todo o Estado. Em pouco mais de vinte dias de matrículas, mais de mil servidores realizaram suas inscrições em um dos três tipos de cursos – extensão, atualização e livres – oferecidos nesta primeira etapa. Mais duas fases estão asseguradas para 2011. As aulas começam em 13 de outubro e vão até dezembro. Os servidores públicos poderão estudar através do ambiente virtual do FGV Online, sem que precisem sair de casa, bastando apenas um computador conectado à internet.

Durante a solenidade de lançamento do Programa, o diretor da Escola de Governo, José Klinger, ressaltou a importância do FGV Online e como ele vai facilitar o acesso a conhecimento pe-

los servidores. "O PQC existe na modalidade presencial, que são os cursos que ministramos aqui na sede da Escola de Governo. Por questões de infra-estrutura, a Escola não pode estar junto a todos os servidores em todo o Estado, mas esta parceria com a FGV vai possibilitar que nossos servidores se capacitem onde estiverem, no interior, na praia, em qualquer lugar".

A coordenadora pedagógica do FGV Online, Elisabete Silveira, apresentou o sistema de navegação online. "O FGV Online não é uma escola, é um programa onde o conteúdo ministrado no

Rio de Janeiro e em São Paulo foi adaptado pelos nossos professores para o ensino à distância. Este conteúdo que será visto aqui em Alagoas é o mesmo ensinado em nossas sedes e ao redor do país", explicou.

Silveira elencou alguns benefícios do EaD: a democratização do conhecimento, controle e organização do próprio tempo, padronização da informação (a mesma na capital e no interior), resgate da cognição e de habilidades como criatividade, iniciativa e uso das tecnologias, boa relação custo/benefício para os servidores-estudantes e o Estado. Também não há custos de deslocamento para as aulas. "E você não fica sozinho durante o curso. Você tem um professor-tutor para orientação e uma turma, todo um grupo ao seu redor", completou.

O secretário de Gestão Pública, Guilherme Lima, fez uma retrospectiva das ações que culminaram com o lançamento do Programa de Qualificação Continuada. "Em maio de 2008, quando lançamos o Programa de Valorização do Servidor, começamos nossa busca por parceiros para a capacitação continuada. Buscamos parceiros dentro e fora do Estado, até conseguirmos o financiamento dos cursos pelo Banco Mundial e fechar com a Fundação Getúlio Vargas", disse.

OO
O FGV ONLINE NÃO É UMA ESCOLA, É
UM PROGRAMA ONDE O CONTEÚDO
MINISTRADO NO RIO DE JANEIRO
E EM SÃO PAULO FOI ADAPTADO
PELOS NOSSOS PROFESSORES PARA
O ENSINO À DISTÂNCIA



Guilherme Lima destacou ainda a facilidade e a alegria de trabalhar com a FGV, uma das instituições de ensino mais conceituadas do país, fator determinante para sua escolha como parceira da Segesp e da Escola de Governo no PQC. "Fiz 21 anos de serviço público em 2010 e como servidor nunca tive a oportunidade de ter a FGV Online e um PQC à disposição para capacitação. Foi esta ausência que me levou a buscar parcerias como a que celebramos hoje", resumiu.

| Gestores identificarão necessidades

A partir do ano que vem, os cursos de extensão atenderão a áreas específicas, como a hospitalar, financeira, educacional e de segurança pública. Também serão oferecidas pós-graduações, MBAs e mestrados profissionalizantes aos servidores com nível superior, em parceria com outras instituições de ensino.

Para identificar as carências do servidor público e ministrar cursos mais específicos na segunda oferta, uma equipe da FGV e da Segesp está ministrando um curso para 45 gestores de Recursos Humanos do Estado. Eles diagnosticarão a real necessidade de qualificação, considerando áreas e carreiras do Estado.

Nesta 1ª Onda, foram ofertados três tipos de cursos: livres (10 cursos), atualização (2) e extensão (5), abordando temas como administração pública, planejamento estratégico e gestão de pessoas. Todos os cursos são gratuitos e com 40 horas de duração, planejados para serem usados pelos servidores na progressão da carreira.

Os cursos livres e de atualização foram ofertados a todos os servidores públicos, mas o de extensão apenas para aqueles que já possuíam graduação em curso superior, já que apresentam uma linguagem e conteúdos mais específicos. Por esta razão, os servidores-alunos destes cursos vão contar com material didático (CD-ROM e apostilas) fornecidos pela FGV. Nos outros cursos, o material didático é eletrônico, disponível apenas para download no ambiente de aula.

No prédio da Escola de Governo três laboratórios ficarão à disposição dos servidores das 8h às 20h para que eles possam fazer seus cursos. Isso vale para quem não tiver computador em casa ou que precise de um local mais tranquilo para estudar. Será necessário apenas que agendem o uso das máquinas.

O portal da Escola de Governo, acessado pelo site da Segesp (www.gestaopublica.al.gov.br), contém informações sobre o PQC, o detalhamento dos tipos de cursos, ementa e critérios de avaliação, além dos termos de compromisso e regulamento dos cursos. ☐



Guilherme Lima destaca que a parceria entre FGV Online e Escola de Governo é inédita em Alagoas



Atendimento com hora marcada

Estado lança primeira central de serviços públicos em Shopping com 100% dos atendimentos agendados

Assessoria de Comunicação | Saeb-BA ■

A oferta de serviço público na Bahia já acontece com hora marcada. Este foi o novo investimento da Secretaria da Administração do Estado (Saeb) que criou, em junho deste ano, a primeira unidade de prestação de serviços públicos do país com atendimento exclusivo por agendamento: o SAC Hora Marcada do Shopping Paralela. São mais de 3 mil atendimentos ofertados por dia para serviços de emissão de documentos como carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento, habilitação além de serviços de cartórios como autenticação de documentos, abertura de firma e certidão de protesto de títulos. No total, 120 serviços são oferecidos por oito órgãos públicos diferentes unicamente por hora marcada.

Para utilizar o serviço, o cidadão liga para o 0800 071 5353 e marca o dia e a hora que deseja o atendimento. Outra inovação é a confirmação imediata do horário por meio de mensagem via celular e e-mail. Uma nova confirmação é feita 24 horas antes do horário marcado. Os lembretes são por SMS e são gratuitos. Ao chegar ao posto, o usuário recebe senha eletrônica de confirmação do horário na recepção e é encaminhado ao box para a execução do serviço solicitado. O chamado para o atendimento é realizado por painel eletrônico.

A nova unidade da rede SAC tem quatro meses de funcionamento e fica em um shopping na Avenida Paralela, principal vetor de crescimento de Salvador e uma das áreas mais populosas da capital baiana, cercada por bairros de grande densidade demográfica. O novo posto funciona de segunda a sexta-feira, das 9 às 19h, e aos sábados, das 9 às 14h.

De acordo com o secretário da Administração do Estado da Bahia, Manoel Vitório, o atendimento por hora marcada visa ampliar o conforto do cidadão na busca pelo serviço público. "Estamos apostando na necessidade de planejamento do cidadão no dia-a-dia de uma grande metrópole. Trata-se sem dúvida de uma inovação, uma iniciativa que viabiliza comodidade, conforto e se-

gurança para aqueles que sabem organizar o seu dia", comenta.

Desde seu lançamento, em 1995, a rede de postos do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) mantinha a mesma sistemática de prestação de serviço à sociedade. O conceito de shopping de serviços públicos exportado para outros estados brasileiros e países como Portugal (loja do Cidadão) e Colômbia (Supercad) manteve-se inalterado desde então, marcando a estagnação do formato da tecnologia de gestão.

O investimento na infra-estrutura da unidade, que totaliza R\$1,4 milhão, foi executado por meio de parceria com a iniciativa privada. O grupo empresarial do Shopping Paralela montou toda a estrutura física do posto, cabendo à administração pública os equipamentos de informática, a alocação de pessoal qualificado e o desenvolvimento da nova tecnologia de atendimento.

Além do avanço na capacidade de atendimento na capital o posto SAC Hora Marcada gerou novos postos de emprego para 160 profissionais. Com o novo posto, a capacidade de atendimento da rede SAC na capital baiana foi reforçada em mais 56 mil atendimentos/mês, ampliando a oferta mensal de serviços de 400 mil para 456 mil atendimentos/mês em Salvador.

Este é o quarto posto SAC aberto na capital nos últimos três anos. A rede SAC tem hoje 42 unidades de atendimento espalhadas por todo o estado, sendo 11 postos na capital e 31 no interior. A expansão da rede atende à necessidade de ampliar a prestação de serviços públicos diante do boom populacional de mais de 600 mil habitantes na última década em Salvador, segundo dados do IBGE. No interior, o mecanismo escolhido para ampliar o acesso da sociedade à documentação básica foi o Ponto Cidadão, unidade compacta de atendimento do SAC, responsável pela emissão de carteira de identidade, carteira de trabalho, antecedentes criminais e cadastro de pessoa física (CPF). O posto avançado do SAC atende a municípios de pequenos e médios portes.

| Usuários aprovam o serviço

O atendimento exclusivo por hora marcada do SAC ganhou publicidade na internet. Um e-mail espontâneo de um cidadão dá a dica a amigos e sugere a divulgação em efeito dominó para os seus contatos pessoais do que ele considera “algo de primeiro mundo”. O texto que circula de caixa em caixa de correio eletrônico traz o seguinte: “O Posto do SAC Paralela não é um SAC qualquer. Este é de primeiro mundo, pois só atende com hora marcada (e funcional). Quando utilizei os serviços pensei que estava na Europa!”.

Acostumado com agilidade e pontualidade, o piloto de aviões Sebastião Pacheco, 61 anos, tinha pouco tempo entre um vôo e outro para autenticar uma série de documentos. Ligou para 0800-071-5353, call center do SAC, e agendou para o dia seguinte às 10 horas, o atendimento no posto do Shopping Paralela. “Antes de vir para o SAC, olhei meu e-mail e lá estava a confirmação do horário do atendimento”, contou.

Como Sebastião Pacheco, outros cidadãos já buscam programar e agendar seus serviços no SAC Paralela. Diariamente, a

unidade realiza uma média de 400 atendimentos. A comodidade foi o que levou o funcionário público Jailton Conceição, 41 anos, a ir pela segunda vez ao posto. “Marquei 9 horas, fui atendido no horário. Acho que é uma excelente opção para quem, como eu, tem crianças em casa e precisa se programar. Fica mais fácil resolver as coisas”, afirmou. Já a comerciária Cláudia Grise, 42 anos, renovou a habilitação com praticidade. “Agendei para 8h30. Foi tudo rápido e prático”.

Além da renovação da carteira nacional de habilitação (CNH), a unidade do Detran no SAC Paralela oferece o serviço de vistoria, também com hora marcada. Neste caso, o agendamento deve ser feito com pelo menos 24 horas de antecedência.

Para aqueles que marcam e não comparecerem, a unidade aplica uma sanção: fica por 15 dias sem poder reagendar os serviços na unidade. Quando a pessoa marca e não aparece ele cria uma demanda e ocupa o horário de uma pessoa que realmente precisa do atendimento. Para o usuário a punição vale pelo caráter educativo. “Achei interessante a dinâmica. É justa a sanção para o cidadão que marca e não aparece”, contou Pacheco. ☐



SAC Hora Marcada do Shopping Paralela



Congresso fortalece compromisso com avanço da gestão

Terceira edição do evento apresentou experiências e avanços na gestão pública do Ceará

Assessoria de Comunicação | Seplag-CE ■

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), realizou, neste ano, o Congresso Ceará Gestão Pública, iniciativa que já faz parte da agenda de eventos voltados para o debate do tema no país. Durante dois dias – 4 e 5 de novembro – secretários estadu-

ais, deputados, prefeitos, dirigentes e gestores, além de pesquisadores e estudantes da área de administração pública, reuniram-se em Fortaleza, participando da terceira edição do evento. Palestrantes de renome nacional estiveram na programação, para apresentar e debater tendências e perspectivas,

DIVULGAÇÃO



Deputado Ciro Gomes, entre secretários Mauro Filho e Desirée Mota, durante Congresso Ceará Gestão Pública

bem como falar das boas práticas que estão sendo disseminadas na gestão pública.

Neste ano, a abertura do Congresso reuniu cerca de 550 pessoas, no auditório da Fábrica de Negócios do Hotel Praia Centro. A solenidade teve a presença do Governador em exercício, Francisco Pinheiro, e dos secretários do Planejamento e Gestão, Desirée Mota, da Educação, Maria Izolda Cela, da Saúde, José Arruda Bastos, da Fazenda, João Marcos Maia, do Desenvolvimento Agrário, Antônio Rodrigues Amorim, da Cultura, Francisco Auto Filho, da Infraestrutura, Adail Fontenele, e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, René Barreira, além do presidente do Conselho Estadual de Educação, Edgar Linhares, secretário executivo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Paulo Neiva, e Nelci Gadelha, chefe da Assessoria de Desenvolvimento Institucional da Secretaria do Esporte.

Em seguida, teve início a premiação da Agenda de Gestão, na qual foram contempladas seis Secretarias - das 23 participantes -, nas categorias de reconhecimento ouro, prata e bronze. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) foi agraciada na categoria bronze, enquanto as Secretarias de Saúde (Sesa), da Educação (Seduc) e do Esporte (Sesporte) receberam premiação de reconhecimento prata. Já a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) receberam premiação na categoria ouro.

Após a entrega das placas, a secretária Desirée Mota falou sobre os objetivos do Congresso. "Nosso objetivo é apresentar experiências na Gestão Pública, além de implementar melhorias nesse processo. Queremos melhorar a qualidade do serviço e, para isso, precisamos melhorar a gestão", pontuou. A Secretaria do Planejamento e Gestão falou ainda sobre as quatro palestras magnas que

irão ocorrer durante o primeiro dia de Congresso e pediu uma salva de palmas aos 21 Municípios que irão apresentar experiências já implantadas na Gestão Pública.

A ideia de promover o Congresso Ceará Gestão Pública surgiu em 2008, com foco voltado para a melhoria da gestão pública. No mesmo ano, o Governo do Estado realizou a primeira edição, abrindo espaço para incentivar a reflexão crítica sobre o tema no Ceará. O Congresso nascia para proporcionar o intercâmbio de conhecimentos e experiências em relação aos novos paradigmas da gestão pública, além de disseminar experiências exitosas das administrações municipais e de outros estados. O grande desafio era inserir o Ceará como um dos principais atores na cena nacional do debate em torno de temas focados na gestão pública.

Para a secretária do Planejamento e Gestão, Desirée Mota, o êxito da primeira edição do Congresso Ceará Gestão foi bastante gratificante para o Governo do Estado. Ao mesmo tempo, fez aumentar a responsabilidade e o compromisso da Seplag de planejar, organizar e promover o evento. "A exemplo das edições anteriores, reunimos neste ano profissionais de larga experiência e conhecimento na temática do evento. Nosso objetivo era proporcionar aos convidados e participantes a oportunidade de um debate do mais alto nível, e oferecer intercâmbio de conhecimentos e experiências, além de estimular a sintonia com os novos paradigmas da gestão pública e a produção de conhecimento sobre o tema", afirmou a secretária Desirée Mota.

Mais de 1,1 mil participantes estiveram presentes nas edições de 2008 e 2009, confirmado a concretização do desafio inicial de fazer do Ceará um estado como referência no debate de temas relacionados à melhoria da gestão pública. ☐

Compartilhando experiências

Neste ano, a Seplag, que organiza o Congresso em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP-CE), decidiu promover também o I Seminário de Boas Práticas da Gestão Municipal – Compartilhando Experiências. Paralelo ao Congresso, o seminário representou um marco na relação entre os 184 municípios cearenses. O foco foi identificar e apoiar as boas práticas de gestão das administrações municipais.

Da proposta inicial de realização do evento à realidade, dois encontros foram promovidos no auditório da Seplag, em Fortaleza, com a presença de prefeitos e secretários de

planejamento e administração dos municípios, para debater e finalizar o formato do seminário.

Setenta e quatro trabalhos foram inscritos, mostrando que o cearense também sabe ser criativo e inovador quando se trata de administrar com competência e eficiência. Do total de inscrições, vinte e um trabalhos foram selecionados por uma comissão de especialistas, constituída pela Seplag. Com o evento, os municípios escolhidos tiveram a oportunidade de mostrar suas ações exitosas no I Seminário de Boas Práticas Municipais – Compartilhando experiências.

ES inaugura primeira central de atendimento

Faça Fácil concentra 400 serviços de 16 órgãos públicos

CALUARI



A Faça Fácil reúne 16 órgãos públicos e está localizada na Região Metropolitana do Estado, no município de Cariacica

Assessoria de Comunicação ■

O Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger), entregou a população capixaba a primeira Central de Atendimento Integrado ao Cidadão. Com o nome de Faça Fácil, a central iniciou os atendimentos no dia 27 de setembro oferecendo mais de 400 serviços públicos num só lugar, com ambiente confortável e atendimento de qualidade.

A Faça Fácil reúne 16 órgãos públicos e está localizada na Região Metropolitana do Estado, no município de Cariacica. Desde o

momento que o cidadão entra na central, a boa receptividade dos servidores que atuam no local já chama a atenção.

A realidade quanto ao atendimento público no Estado já é outra. Depois de 15 dias de funcionamento, a Central Faça Fácil registrou mais de 12 mil atendimentos, realizados num tempo médio de 10 minutos. A média é calculada a partir do momento que o cidadão inicia o atendimento no guichê, até a finalização do mesmo. "Todos os atendimentos são monitorados na central

para garantir a eficiência e a solução dos casos", conta a gerente da central Faça Fácil, Miriam Cardoso.

O monitoramento também considera o tempo de espera. No período, a média de espera foi de oito minutos, referente ao momento que o cidadão retira a senha até a chegada no guichê. "Os números confirmam que o cidadão, ao buscar um dos mais de 400 serviços públicos oferecidos na central, está sendo atendido com eficiência, seguindo um dos principais objetivos do novo equipamento", diz a gerente.

A busca pelos serviços oferecidos no local aumenta a cada dia. Com equipamentos modernos e profissionais treinados, os cidadãos saem satisfeitos com o atendimento, como relata a morada do município de Cariacica, Janete Schiavo Ferreira: "O Faça Fácil é tudo de bom. O atendimento é VIP, os funcionários uniformizados, bem treinados e com muita educação. Sem comentar o espaço, que tem ar-condicionado, bancos confortáveis e água gelada", afirma.

| Atendimento

O cidadão é recebido por atendentes que orientam quanto ao serviço desejado e o encaminha para o guichê adequado. Cada órgão presente tem seu espaço separado para o atendimento. São cerca de 300 profissionais atuando na operação e atendimento da Central, dentre funcionários públicos e terceirizados.

Além dos guichês de serviços, a Central conta ainda com local específico para leitura, lanchonete e o Espaço Criança, uma área ambientada com recreação, para que os pais possam resolver seus problemas com tranquilidade, enquanto seus filhos se distraem e se divertem.

Na Faça Fácil, os cidadãos têm acesso a diversos serviços: pagamentos de taxas, banco postal, passe livre, atestado de antecedentes, alistamento militar, seguro desemprego, título do eleitor etc. A previsão é de que sejam realizados 6 mil atendimentos por dia na Faça Fácil Cariacica. O atendimento ao público na Central é de segunda a sexta-feira, das 8 às 17 horas, e aos sábados, das 08 às 13 horas.

A construção do prédio da Faça Fácil foi realizada inteiramente no prazo contratado, de nove meses. O Consórcio Faça Fácil, formado por quatro empresas, é o responsável pela obra e gestão da Central, abrangendo o provimento de estrutura física, implantação, operação e manutenção. O valor pago pela totalidade dos serviços é de cerca de R\$ 54,9 milhões, em cinco anos.

Para o secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Heráclito Amâncio Pereira Júnior, o que mais se destaca na central é a facilidade para a população. "O cidadão não vai mais precisar se deslocar para vários lugares para resolver seus problemas de documentação, por exemplo. Na Faça Fácil ele resolve tudo de uma só vez", destacou. ☐

Serviços e metas

- Emissão de Carteira de Identidade em no máximo 05 dias úteis;
- Carteira de Trabalho entregue em dois dias úteis após a solicitação;
- 2ª via e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- Licenciamento de veículos com todos os procedimentos necessários reunidos no mesmo espaço;
- Emissão de título de eleitor para qualquer eleitor do Estado, independente de sua zona eleitoral;
- 2ª via de certidão de nascimento, casamento e óbito emitida por qualquer cartório do Estado;
- Pagamento de taxa, abertura de empresas, atendimento ao consumidor;
- Serviços de postagens;
- Solicitação de CPF;
- Solicitação de passe livre;
- Serviços de religação de água e de energia elétrica.



THIAGO GUIMARÃES-SECOM/ES



Goiás implanta sistema de gestão de pessoas

Ferramenta representa um salto no desenvolvimento da administração pública do Estado

Por Eliane P. Oliveira – SGE/Sefaz-GO ■

Para permitir a melhoria no processo de gestão de pessoas, está em fase de implantação (decreto n.º 7.179, de 09 de novembro de 2010) o Sistema Estadual de Gestão de Pessoas. Trata-se de uma das prioridades da direção da Superintendência de Gestão Estadual da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, que entre outras finalidades permite, por intermédio de análises e sistematização das informações, uma maior eficácia no processo decisório referente às políticas de pessoal.

Adotando um novo paradigma, o projeto prevê o planejamento da política de pessoal considerando o gerenciamento de toda a vida funcional dos servidores públicos de forma segura e transparente. A criação desta estrutura só foi possível com a implantação de alguns módulos essenciais do sistema corporativo RHNet - aplicativo que já acompanha cerca de 25 mil servidores de vários órgãos do Estado de Goiás e produz a folha de pagamento.



Ronaldo Araújo: RHNet permite gerenciar a vida funcional dos servidores

De acordo com o superintendente de Gestão Estadual, Alessandro Melo da Silva, foram criadas condições estruturais para a implementação da política de pessoal, dentro de uma nova visão de gestão por competências. Segundo ele, o Sistema Estadual de Gestão de Pessoas vai permitir o desenvolvimento profissional dos servidores, bem como garantir maior segurança jurídica e financeira ao Estado.

A partir da implementação de parâmetros previstos em lei, os gestores do RHNet podem, por exemplo, planejar a política salarial com base na análise das informações do sistema.

Um das grandes vantagens do RHNet, explica o gerente de Gestão de Pessoas, Ronaldo Pinheiro de Araújo, é a facilidade de gerenciamento. "O RHNet dispõe de ferramentas que garantem a assertividade das informações e, com isso, o melhor controle de gestão dos dados de todo o funcionalismo público do Estado", explica.

Araújo explica que os parâmetros identificados nos atos legais cadastrados no sistema permitem o gerenciamento objetivo da folha de pagamentos e de toda a vida funcional dos servidores. Segundo ele, o RHNet garante a segurança e a transparência das informações, além de reduzir o processo de trabalho e aumentar a responsabilidade de seus gestores e operadores.

|Trabalho em equipe

A implementação do RHNet conta com as equipes de Gestão de Pessoas e da Tecnologia da Informação. Elas atuam conjuntamente e de forma intensiva para garantir a plena operacionalização e gerenciamento do sistema corporativo que vai interligar as áreas de recursos humanos de todos os órgãos do poder executivo do Estado de Goiás.

Já foram implementados os módulos de cálculo da folha de pagamentos - com todas as funções de cadastro e relatórios necessários à sua consecução -, de gerenciamento de licenças médicas e de controle de acesso a usuários. Estão em desenvolvimento os módulos de posse, diárias, banco de oportunidades e o específico da Secretaria da Educação.

O RHNet também será integrado ao Siofinet (Sistema de Controle Orçamentário e Financeiro), visando a automação na emissão de empenho relacionado a despesas com pessoal, com a consequente melhoria da gestão orçamentária do Estado.

Estão efetivamente operando a folha de pagamentos pelo RHNet a Goiás Turismo, a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria de Segurança Pública, incluindo o Corpo de Bombeiros, o Gabinete Militar, as Polícias Civil e Militar, e ainda a Governadoria, a Vice-Governadoria, o Gabinete Civil e a Secretaria de Articulação Institucional.

A expectativa é de que em alguns meses, todos os órgãos do Estado tenham o sistema implantado, o que permitirá, de acordo com o superintendente Alessandro Melo, a melhor gestão da política de pessoal do Estado de Goiás. ☐



Alessandro Melo: Política de pessoal é baseada na gestão por competências



Equipe da Gerência de Gestão de Pessoas

Da iniciativa privada ao setor público, a Ernst & Young Terco é referência mundial em gestão

Somos a Ernst & Young Terco. A mais completa empresa de auditoria e consultoria do Brasil, presente em mais de 140 países, com conhecimento global no atendimento a grandes companhias e também referência internacional em serviços dedicados ao governo.

Na área de gestão pública, oferecemos soluções integradas, sobretudo nos EUA, Canadá e Europa, com experiência reconhecida em situações de alto risco e grande complexidade, como:

- Modelos de gestão;
- Assessoramento em estudos e implantação de processos de privatização / concessão e parcerias público-privadas (PPPs);
- Serviços de avaliações econômico-financeiras;
- Mapeamento, análises e redesenho de processos;
- Mapeamento com vistas à otimização de processos;
- Redesenho organizacional;
- Governança corporativa;
- Serviços de avaliação contábil;
- Avaliações ambientais;
- Análises de risco e processos;
- Serviços de abertura de capital, atuariais e tributários.

Ajudar os diversos órgãos governamentais a promover uma administração pública eficiente e orientada para resultados é um dos nossos principais desafios.

É por isso que somos a mais completa empresa de auditoria e consultoria do Brasil.

www.ey.com.br



M A T O
G R O S S O

Boletim de Pessoal traz informação completa sobre servidor

Ferramenta é estratégica para tomada de decisão

Assessoria de Comunicação ■

A necessidade crescente de obter informações precisas para uma melhor tomada de decisões estratégicas motivou o Estado do Mato Grosso a criar um Boletim de Indicadores de Pessoal. Baseado no Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e coordenado por uma equipe da Superintendência de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração (SAD), a primeira edição do informe já foi finalizada com dados de janeiro a maio deste ano.

A intenção é que seja publicado de quatro em quatro meses. A segunda edição, de maio a agosto, está sendo finalizada e já trará algumas melhorias, como a inclusão de dados de escolaridade do servidor e da escolaridade exigida para a investidura no cargo.

O coordenador de Monitoramento em Gestão de Pessoas da SAD, Joelson Obregão, acredita que, embora ainda esteja em desenvolvimento, o boletim já está alcançando os objetivos esperados. "Agora, temos uma forma de fornecer conhecimento sobre a qualidade de pessoal do Estado para o nível estratégico. Até então, tínhamos apenas relatório por produtos, mas não um documento que agrupasse as principais informações de gestão de pessoas", afirma.

Segundo Obregão, outro uso do Boletim são os dados relacionados ao afastamento de servidores por motivos de saúde. As informações estão sendo avaliadas pelo pessoal de Qualidade de Vida para traçar projetos na área. "Na Secretaria de Educação, por exemplo, acreditava-se que os afastamentos se davam por problemas vocais ou de alergia a giz. Na verdade, o maior número de problemas é de depressão, psicológicos. É um novo paradigma", conta.

O boletim é dividido em quatro seções. No item Perfil do Quadro de Pessoal, são apresentadas informações quantitativas sobre tipo de vínculo, órgão/entidade, categoria, sexo, faixa etária e escolaridade. Sobre aposentados e pensionistas, há informações sobre o número de servidores Aposentados e/ou Pensionistas por órgão/entidade e por categoria. A remuneração é abordada com dados sobre o subsídio médio e a distribuição dos servidores efetivos classificados por órgão/entidade, escolaridade, categoria, sexo, classes,

níveis, faixa etária, cargos. Há ainda uma seção que apresenta os principais indicadores da área de gestão de pessoas, tais como índice de absenteísmo, índice de rotatividade global e índice de rotatividade dos cargos comissionados e funções de confiança.

O secretário de Administração, Bruno Sá Freire Martins, explica que o primeiro boletim serviu como uma experiência para ver o que precisava ser corrigido. O segundo deve ser lançado até o fim do ano já com as alterações. "Com o Boletim, é possível compreender o quadro de servidores na globalidade do Estado, além de servir como um guia na condução de projetos de gestão de pessoas em cada unidade de negócio dos órgãos e entidades do Estado".

Para Martins, o maior ganho do boletim é transformar uma grande massa dos dados isolada em informações gerenciais precisas, completas, compreensíveis e úteis para a tomada de decisões sobre pessoal em todas as áreas do governo estadual. "Tínhamos um monte de informações que estavam fragmentadas e não eram úteis. O que possibilitou o agrupamento dessas informações foi a implantação do Sistema Estadual de Administração de Pessoas (Seap), o cadastramento dos servidores e a digitalização das fichas funcionais, transformando-as em gráficos e tabelas auto-explicativas", completa.

O BI. (Business Intelligence) também foi outra ferramenta essencial para a implantação do Boletim de Indicadores de Pessoal. Interligado como Seap, que armazena informações sobre a vida funcional do servidor, o BI oferece um ambiente amigável com o usuário, com informações gerenciais em tabelas e gráficos dinâmicos. "Isso facilita a organização e a extração das informações" completou o secretário.

Atualmente, Mato Grosso é o único estado a produzir um Boletim de Indicadores de Pessoal, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que edita o Boletim Estatístico de Pessoal desde Maio de 1996 e já está em sua 167ª edição. ■

DESEMPENHO DOS GESTORES PÚBLICOS: UMA NOVA FORMA DE AVALIAR “COMPETÊNCIA EM AÇÃO”

*Maria Aparecida Muniz Jorge ■

Em Minas Gerais, um dos pilares do Programa Estado para Resultados – segunda geração do Choque de Gestão – é a Qualidade e Inovação em Gestão Pública. A iniciativa é composta por projetos e ações focados nos diversos temas que compõem a gestão na esfera pública, entre eles o Projeto Estruturador Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos cujo objetivo principal é a elevação da efetividade gerencial e, consequentemente, a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas mineiras.

Umas das ações inovadoras desse Projeto Estruturador foi o desenho do novo modelo de Avaliação de Desempenho dos Gestores Públicos – ADGP que trouxe diversos avanços para a política de gestão do desempenho, principalmente, em relação ao público alvo, pois envolve todos os gestores da estrutura básica e intermediária dos órgãos e entidades, independentemente do seu vínculo com o Estado – efetivo ou exclusivamente comissionado.

O modelo engloba a gestão por competências e por resultados, buscando um alinhamento estratégico. Além disso, possibilita uma visão integrada e sistêmica das ações de gestão de pessoas, uma vez que o resultado da ADGP

alimentará outros subsistemas – desenvolvimento, carreira e remuneração. Aliado a isso, o modelo concebido incorpora como fonte de avaliação, a perspectiva de membros de equipe e do próprio gestor, trazendo novas percepções ao processo de avaliação (avaliação 180°), o que não acontecia no modelo anterior em que apenas a chefia imediata avaliava. Isso propicia uma avaliação mais efetiva, permite uma comparação entre os resultados e fornece direcionadores mais claros para o desenvolvimento dos gaps de competências gerenciais.

Além do cunho inovador, esta ação merece destaque pela construção compartilhada com os órgãos e entidades e pela estratégia de implementação gradual que tem permitido a realização de ajustes para a condução do processo.

A implementação da ADGP é coordenada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, tendo sido iniciada nas 18 Secretarias de Estado no ano de 2009, abrangendo cerca de 780 gestores públicos avaliados. Esse ano, o processo está sendo implementado nas autarquias, fundações e órgãos autônomos, atingindo 38 instituições, com a previsão de avaliação de mais de 2.000 gestores.

PROCESSO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS GESTORES PÚBLICOS

CONHECER | PLANEJAR | DESENVOLVER | PROMOVER

DIMENSÃO INDIVIDUAL

DIMENSÃO EQUIPE

Avaliação Quantitativa
Peso 70%

Avaliação Quantitativa
Peso 30%

Resultado
da ADGP

Avaliação por Competências

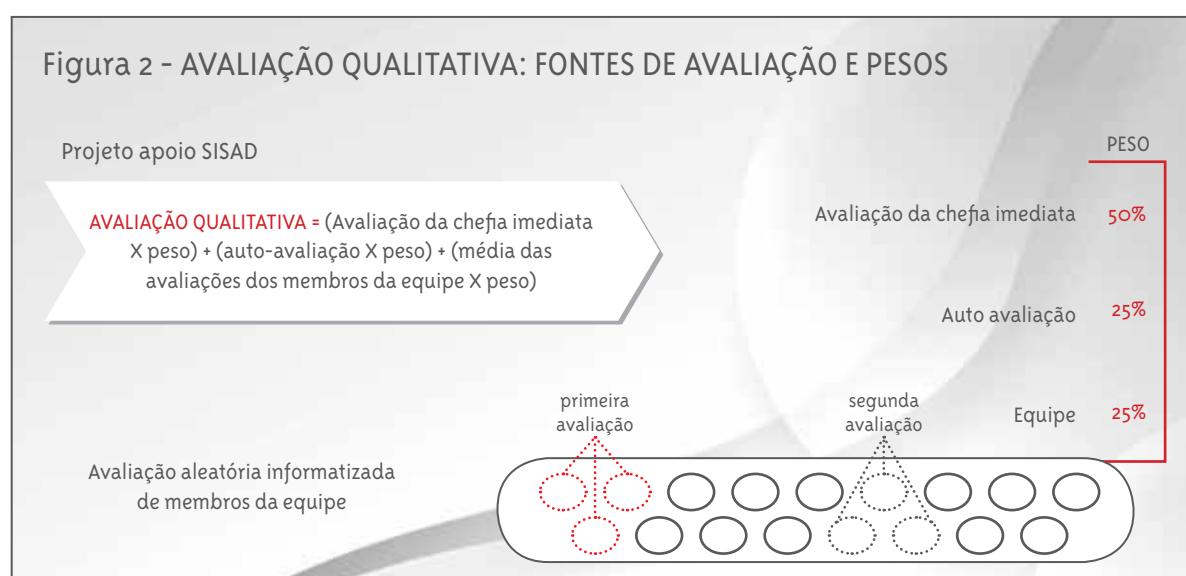
Avaliação por Resultados

Média ponderada das
avaliações quantitativas
e qualitativas

Perfil de Competências

Acordo de Resultados de 2^a etapa

Figura 2 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA: FONTES DE AVALIAÇÃO E PESOS



Fonte: Apresentação Avaliação de Desempenho dos Gestores Públicos - 2009

A base para o desenho do modelo de avaliação de desempenho vem de uma concepção mais ampla, fruto de dois fatores diferentes, porém, complementares, que possibilitam um diagnóstico do desempenho mais preciso: as competências e os resultados. A diferença essencial entre competências e resultados é que este último mensura "o que" aconteceu e a competência o "como" aconteceu. As competências são viabilizadoras dos resultados propostos.

Na ADGP, a Avaliação Qualitativa, é a avaliação das competências gerenciais, que tem o peso de 70%, e a Avaliação Quantitativa, é a avaliação de resultados pactuados na segunda etapa do acordo de resultados, com peso de 30%. Desta forma, o resultado da Avaliação de Desempenho dos gestores é a média ponderada das avaliações qualitativa e quantitativa.

A junção dessas duas lógicas favorece a implementação da idéia de competência em ação, ou seja, da aplicação de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, demonstrados por meio de comportamentos em um determinado contexto de trabalho, expressando uma ação concreta. Desse modo, o Gestor precisa mobilizar os seus conhecimentos, habilidades e atitudes, para gerar resultados que agreguem valor para a instituição. E é esse modelo misto – avaliar competências e mensurar resultados – que possibilita identificar de forma mais efetiva a contribuição de cada gestor.

O input para a realização da avaliação qualitativa é o Perfil de Competências dos Gestores Públicos, elaborado em 2007 também no âmbito do Projeto Estruturador Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos. O perfil é composto pelas seguintes competências: orientação para resultados, visão sistêmica, compartilhamento de informações e de co-

nhecimentos, liderança de equipes, gestão de pessoas, competência técnica e capacidade inovadora.

A avaliação qualitativa – de competências – é realizada em 180° (cento e oitenta graus), sendo caracterizada por um processo em que o gerente faz sua auto-avaliação, é avaliado por sua chefia imediata e por membros de sua equipe escolhidos aleatoriamente, via sistema informatizado. Cada uma dessas fontes de avaliação tem um peso no processo de avaliação de competências do Gestor, conforme figura 2.

O resultado obtido pelo Gestor Público na ADGP é utilizado para fornecer subsídios à Política de Gestão de Pessoas do Estado, auxiliando na definição de ações de desenvolvimento do funcionário avaliado. Trata-se de um importante critério para concessão de adicionais e gratificações de desempenho, além de ser quesito necessário ao desenvolvimento na carreira, por meio de promoção e progressão.

Muitos dos ganhos do novo modelo serão percebidos a médio e longo prazos, fazendo-se necessário o seu desenvolvimento paulatino. Porém, o importante é ressaltar que quando o desempenho dos gestores públicos tem por base alinhamento estratégico e visão sistêmica, a atmosfera e os atributos das instituições públicas podem moldar e influenciar os comportamentos e as atitudes das pessoas, constituindo uma cultura inovadora propícia à efetividade da gestão pública.

Assim, a implementação da ADGP representa mais um importante passo do Governo de Minas para a consolidação de uma política de gestão de pessoas cada vez mais sustentada nos pilares da meritocracia, desenvolvimento e profissionalização da gestão pública.

*MARIA APARECIDA MUNIZ JORGE | Diretora Central de Gestão do Desempenho da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão



P A R Á

Sead moderniza gestão de processos

Reestruturação de órgãos e entidades qualifica atendimento ao público e valoriza servidores

Por Christian Emanoel/Ascom-SEAD ■

Renovação do parque tecnológico, desburocratização na tramitação de processos e agilidade no andamento dentro do setor jurídico estão entre as principais iniciativas da Secretaria de Estado de Administração (Sead) do Pará em 2010. As melhorias visam a excelência na qualidade do atendimento ao público e na modernização da gestão.

Com o objetivo de dar maior celeridade e eficiência ao fluxo e aos procedimentos necessários aos processos de reestruturação de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o governo do Pará, por meio da Sead, publicou a Instrução Normativa nº. 02/2010. A medida estabelece as atribuições de cada secretaria e o alcance de cada órgão na reestruturação.

“Alguns desencontros estavam se tornando comuns entre órgãos da administração, dificultando o trabalho dos técnicos da Sead”, explica o secretário de Estado de Administração, Wilson Figueiredo. “Muitas vezes, o mesmo processo ingressava mais de uma vez na Secretaria, originado de diferentes órgãos, gerando morosidade, ao mesmo tempo em que representava uma falta de conexão entre os órgãos responsáveis pelo estudo e proposta do Anteprojeto de Lei de Reestruturação, já que não havia composição de um processo único”, completa.

Na avaliação do secretário, era necessário deixar claro a todos os órgãos e entidades da administração pública estadual interessados em reestruturar-se, o real papel dos órgãos responsáveis pelo estudo da proposta de mudança na estrutura organizacional, a fim de evitar possíveis equívocos na tramitação do processo.

“Os benefícios trazidos pela Instrução Normativa já estão sendo percebidos. A organização e, principalmente, a celeridade do processo são os fatores que estão fazendo a diferença no desenvolvimento do processo de reestruturação, fazendo com que a Sead mais uma vez tenha exercido uma de suas funções”, explica Milene Carvalho, Diretora de Desenvolvimento de Gestão da Sead, Milene Carvalho.



Fachada da SEAD-PA em Belém

FOTOS DE CHRISTIAN EMANOEL/ASCOM-SEAD

A descentralização dos serviços ao cidadão é outra meta que vem sendo alcançada pela Sead no Estado. O Projeto Tá na mão, que oferece mais de dez serviços de cidadania em Belém, agora avança para o interior do Estado. No mês de outubro, a Sead inaugurou a sede do projeto em Marabá, no sudeste do Pará.

Os moradores da cidade podem solicitar no Tá na mão-Marabá a emissão de carteiras de identidade e carteiras de trabalho. O Tá na mão funciona dentro do Centro de Integração Regional e também conta com os serviços do Banpará.

Na avaliação do secretário de Administração, a renovação do Parque Tecnológico da Sead também favorece a melhoria da qualidade no atendimento ao público. Só no segundo semestre de 2010, o secretário entregou 141 novos equipamentos de informática, entre eles 85 computadores, adquiridos

com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage).

Os equipamentos foram distribuídos entre todas as diretorias da secretaria, como forma de modernizar a gestão e garantir mais conforto aos servidores do órgão. Ele garante que até o final do ano novas licitações serão feitas pelo Pnage para aquisição de mais equipamentos, mobiliário e sistemas de refrigeração. "Uma das metas é instalar novos ar condicionados no setor de Perícia Médica e na sede do Projeto Tá na Mão", explica o secretário.

Segundo a Coordenadora do Pnage-PA, Edilena Rocha, os avanços na modernização da Sead foram possíveis graças ao empenho da alta administração da secretaria e à colaboração de todos os servidores envolvidos no processo de aquisição dos novos equipamentos. "Agora é preciso que cada servidor zele pelo patrimônio que conquistamos", explica Edilena.

No total a Sead recebeu 5 NoBreaks, 21 Switch Gerencial, 25Patch Panel, 5 Roteadores Wireless e 85 microcomputadores, além dos 205 equipamentos destinados à secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e ao Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP).

| Prêmio Estadual da Qualidade

Pela primeira vez, desde que foi criado há cinco anos, uma instituição recebeu a Medalha de Ouro do Prêmio Estadual da

Qualidade (PEQ). A premiação foi concedida à Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (Hemopa), que já havia conquistado uma Medalha de Bronze e, por três anos consecutivos, Medalha de Prata.

"A medalha de ouro para o Hemopa este ano é um marco na história do Prêmio Estadual da Qualidade. É um reconhecimento a todos os servidores da fundação, que trabalha, entre outras atividades, para salvar vidas", avalia o secretário Wilson Figueiredo.

O PEQ foi criado pelo governo do Estado como forma de prestar a organizações que buscam a excelência no atendimento ao público. Este ano, 30 examinadores do prêmio e juízes do prêmio trabalharam de forma voluntária no processo de avaliação do PEQ-2010, coordenado pela Sead, dentro do Programa de Qualidade na Gestão Pública do Estado do Pará.

A equipe que coordenada o prêmio é formada pela diretora de Desenvolvimento de Gestão Milene Carvalho; o coordenador do Programa de Qualidade na Gestão Pública do Estado do Pará, Flávio Augusto Ferreira dos Anjos; e os técnicos Silvia Abnader, Fátima Simas, Yorlando Menezes, Lucia Cardoso, Carlos Benjamim e Lucival Teixeira.

"Os avanços no Prêmio Estadual da Qualidade só foram possíveis porque a atual administração acredita no programa e não mede esforços para cumprir suas metas", afirma a diretora de Desenvolvimento de Gestão, responsável pela coordenação do PEQ.



O secretário de estado de administração com examinadores do prêmio estadual da qualidade

Os juízes do Prêmio Estadual da Qualidade este ano foram Edvaldo Menezes Sales (ex-Coordenador de Qualidade da Albras), Cláudio Nascimento Cunha (Analista de Qualidade do Sistema Integrado de Gestão da Albras) e Jayme Celson Bentes Canto (Oficial Engenheiro Naval da Marinha do Brasil).

Eles avaliaram os relatórios das organizações participantes que foram defendidos pelos examinadores do prêmio. "Buscamos valorizar o desempenho e o avanço de cada organização na melhoria contínua da gestão pública", explica Cláudio Cunha.

Uepa assume parceria com Sead na organização de concursos no Pará

A Secretaria de Estado de Administração (Sead) e a Universidade do Estado do Pará (Uepa) assinaram um Termo de Cooperação Técnica que torna a universidade parceira da secretaria na organização, execução e aplicação das provas dos concursos públicos do Estado. O convênio foi assinado entre o secretário Wilson Modesto Figueiredo e a reitora da UEPa Marília Brasil Xavier.

"A Sead acredita no potencial do corpo técnico da Universidade do Estado do Pará. Queremos, com esse con-

A medalha de prata este ano foi para o Hospital de Clínicas Gaspar Viana. As medalhas de bronze foram para o Laboratório Central da Sespa (LACEN), Secretaria de Estado de Fazenda (SEFA), Banpará, Santa Casa, Jucepa e Prodepa. A menção honrosa foi para Ceasa e Hospital Ophir Loyola.

"O Prêmio é um incentivo para que todas as organizações do Estado busquem o aperfeiçoamento da gestão pública, beneficiando em primeiro lugar os cidadãos que precisam dos serviços do Estado", completa Wilson Figueiredo. ☐

vênio, valorizar os servidores desta instituição", afirma Figueiredo, lembrando que a atividade será desenvolvida em parceria com a Sead.

Na avaliação da reitora da UEPa, a parceria com a Sead será um novo desafio para a universidade. "Acredito que estamos preparados para assumir esse compromisso", diz Marilia Xavier, atenta ao desafio de organizar quatro novos concursos ainda em 2010: Fundação Carlos Gomes, Cohab, Idesp e Hemopa.



Novos computadores facilitam trabalho dos servidores na SEAD-PA



O secretário de Estado de Administração Wilson Figueiredo



O secretário de Estado de Administração Wilson Figueiredo com a equipe do Prêmio Estadual da Qualidade

eConsig. A solução em consignações.

Flexível e transparente, ágil e seguro, simples e inovador. Assim é o eConsig, o Sistema Digital de Consignações da Zetrasoft. Presente em mais de 14 estados brasileiros com mais de 2,5 milhões de servidores públicos atendidos. Além de modernizar e organizar o processo operacional de consignações, trabalha de acordo com a sua demanda, contemplando todo tipo de desconto facultativo. Conheça o eConsig. Seja qual for o desafio, ele consegue resolver.

eConsig

zetrasoft

(31) 3194 7700 / (31) 3261 2452
Rua Pernambuco, 1077 – 7º andar
CEP 30130-151 – Funcionários – BH/MG
econsig@zetrasoft.com.br



PARANÁ

Paraná fortalece processos de gestão

Com iniciativas nas áreas de gestão de pessoas, administração, patrimônio e transparência, a Seap busca valorizar os servidores e profissionalizar a máquina pública

Assessoria de Comunicação ■

Prestes a encerrar mais um período de governo, a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Paraná (Seap), Maria Marta Renner Weber Lunardon, faz um balanço sobre as ações desenvolvidas nos últimos oito anos na pasta. O resultado posiciona a secretaria como principal órgão de gestão do Estado, responsável pela reformulação de práticas e pautado pelo diálogo aberto e franco com servidores e sindicatos de trabalhadores.

As reformulações, promoções, progressões e reposição anual da inflação resultaram em 90% de incremento salarial. A remuneração básica de policiais civis e militares, por exemplo, subiu até sete vezes em oito anos. Com isso, a folha de pagamento, que era de R\$ 3,4 bilhões em 2002, passou para R\$ 8,3 bilhões em 2009. Dos mais de 55 mil novos funcionários, 75% são do magistério. Com isso, o efetivo de pessoal do Estado do Paraná passou de 137 mil para 182,5 mil servidores na ativa. Desde 2003, o Estado concedeu 20,6 mil aposentadorias.

Mas o esforço para melhorar o desempenho da máquina pública não se limitou a novas contratações. Visando formar e aprimorar o servidor público, foi criada a Escola de Governo. Nela, há programas que vão desde o supletivo da educação básica até cursos de graduação, especialização e mestrado, além de capacitação continuada.

Outra conquista importante apontada pela secretaria foi o sistema implantado na gestão de contratos e licitações, com os gastos publicados na internet. A instituição da Lei de Licitações é considerada de vanguarda por outros estados do País. Com as licitações regionalizadas, houve redução de até 25% em relação aos valores máximos. Os editais de licitação garantem o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte das empresas, e para isto é feito um trabalho conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho e Ministério Público Estadual.

DOS MAIS DE 55 MIL NOVOS FUNCIONÁRIOS, 75% SÃO DO MAGISTÉRIO. O EFETIVO DE PESSOAL DO ESTADO PASSOU DE 137 MIL PARA 182,5 MIL SERVIDORES NA ATIVA

Todas essas iniciativas deram visibilidade a Seap como órgão-meio do Poder Executivo paranaense. "A Seap tem atribuições diversas. Nossa 'chão-de-fábrica' vai desde o processamento da folha de pagamento dos servidores até a gestão das licitações. É um trabalho que, se bem feito, não aparece, mas que, se não funcionar, todo mundo nota a nossa existência", afirma Maria Marta, que costuma chamar sua pasta de "governanta" do Executivo.

À frente da secretaria considerada por muitos como a mais complexa do Estado, Maria Marta - procuradora do Estado e servidora pública de carreira há 30 anos - aponta os desafios que os próximos governantes encontrarão na área:

"Gostaria de ver o Estado avançar na avaliação de desempenho dos órgãos e dos servidores, e assim implantar a remuneração por resultados. Temos que adquirir maturidade para essa mudan-

ça. É preciso que a sociedade veja claramente e possa medir a ação estatal na vida das pessoas".

De antemão, ela contesta clichês, decorrentes de críticas feitas a partir da falta de pleno conhecimento da realidade e do funcionamento da máquina pública. O principal deles é o de que o Estado é inchado, sobretudo por cargos de confiança.

JULIO COVELLO / AENOTÍCIAS



A secretária de Administração e Previdência, Maria Marta Lunardon, fez um balanço da gestão na reunião semanal da Escola de Governo, em Curitiba

"Os fatos mostram que isso não passa de discurso. No Executivo do Estado do Paraná, são hoje 3.900 cargos em comissão, o que não significa sequer 3% do total de cargos de servidores da ativa (182 mil). Desse total, 40% são ocupados por funcionários de carreira", afirma.



WAGNER DE ALCÂNTARA ARAGÃO



O Governo do Paraná está implantando etiquetas com códigos de barra em cada um dos cerca de 3 milhões de itens que compõem o patrimônio móvel da administração direta e autárquica do Poder Executivo

O Governo do Paraná realizou um total de 24 pregões presenciais para a formação de sistemas de registros de preços visando a contratação de empresas prestadoras de serviços de vigilância



JULIO COVELLO-SECS



Fachada da Funape

FOTOS ARQ/FUNAPE

PERNAMBUCO

Nova gestão da previdência

Sistema composto de módulos que agilizam a tramitação de processos inova gestão da previdência

Assessoria de Imprensa da Funape ■

Com o intuito de modernizar a gestão do sistema previdenciário do Estado, a Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores de Pernambuco (Funape) criou o Sistema de Gestão Previdenciária (SIGP). O órgão é vinculado à Secretaria Estadual de Administração (SAD).

O SIGP foi desenvolvido pelas equipes de técnicos previdenciários e de Tecnologia da Informação (TI) da própria Fundação, e

gerencia todas as atividades da instituição na execução de serviços do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

“O sistema padronizou os critérios na emissão de processos de concessão de benefícios, garantindo maior segurança das informações que regem o RPPS (enquadramento de todas as regras de aposentadorias atuais e futuras), além de reduzir o prazo de conclusão de um benefício, de seis meses para apenas 30

dias", explica o secretário de Administração de Pernambuco, José Francisco Cavalcanti Neto.

Trata-se de uma ferramenta composta de vários módulos: concessão de aposentadoria, manutenção de benefício, simulação de aposentadoria e abono de permanência, concessão de pensão, emissão de Certidão por Tempo de Contribuição (CTC), controle da arrecadação e relatórios gerenciais. O módulo de geração de CTC faz um rígido controle das emissões de certidões com a publicação no site www.funape.pe.gov.br para conferência e maior segurança do regime recebedor. O módulo de arrecadação faz o controle de todas as receitas e despesas previdenciárias por meio do cálculo automático das contribuições.

O módulo de simulação de aposentadorias e abono de permanência já está disponível em todos os setores de Recursos Humanos (RH) dos órgãos da administração direta e indireta do Estado. Isso possibilita ao usuário da Previdência acompanhar, online, as alternativas em que o servidor pode se enquadrar para requerer o seu benefício.

Para Sandra Diniz, técnica da Unidade de Aposentadoria da Secretaria da Saúde de Pernambuco, o sistema agiliza a análise de todos os dados, uma vez que as regras e informações são padronizadas. "Antes, se fazia a análise e o cálculo com base na interpretação de regras, sem padronização e de forma manual para ser apresentado à Funape, o que levava meses. Hoje, não me preocupo mais em fazer cálculos, porque o SIGP já traz esses dados todos", comemora.

| Sistema torna-se referência nacional

Desde que foi criado, o SIGP tornou-se um grande aliado dos serviços de concessão de benefícios dos servidores pernambucanos, mas agora ultrapassa os limites do Estado e poderá fazer parcerias com instituições de outras regiões do País.

Representantes do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Empresa de Tecnologia e Informações de Previdência Social (Dataprev) sediada em Fortaleza, conheceram o programa e planejam a utilização do SIGP no site da empresa. "Temos muita satisfação em poder contribuir, já que nossa missão é disseminar a cultura previdenciária e fortalecer os Regimes Próprios de Previdência", diz o presidente da Funape, Dácio Rositer Filho.

Além da capital do Ceará, representantes dos estados da Bahia, Maranhão e da Paraíba também visitaram a Funape para conhecer o programa. O SIGP foi ainda apresentado em reunião do Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), em Brasília, que contou com a participação de representantes de 26 estados e do Distrito Federal, municípios e associações. A aprovação dos gestores foi unânime. "Pernambuco tornou-se referência com o novo modelo de gestão tecnológica. Isso é um grande incentivo para o Estado que desenvolveu o sistema sem nenhum custo adicional", informou a coordenadora de Desenvolvimento da Tecnologia da Informação da Funape, Penha Mattos. ☐



Sistema de Gestão Previdenciária é apresentado para servidores de Pernambuco



PIAUÍ

Agilidade no atendimento

Centrais de Atendimento oferecem serviços em um só local e com mais rapidez

Por Geneide Santos/Ascom ■

Criadas em 2002 e reformuladas no ano seguinte, as Centrais de Atendimento ao Cidadão do Estado do Piauí têm facilitado a vida de milhares de pessoas que procuram serviços em órgãos públicos. Nelas, vários órgãos funcionam em um só local, proporcionando comodidade e rapidez em serviços como expedição de carteiras de identidade, de motorista, registro de nascimento e de marcas e patentes. Além de Teresina, as cidades de Picos e Bom Jesus já têm suas centrais, denominadas de Espaços da Cidadania. Além disso, oito municípios possuem as chamadas Salas da Cidadania, instaladas em parceria com as prefeituras municipais.

Todas as unidades passaram a ser gerenciadas pela Secretaria de Estado da Administração no segundo semestre deste ano. A mudança permitiu, além da reforma na parte física do prédio e melhoria no ambiente de trabalho, a qualificação dos 144 servidores para o melhor atendimento do cidadão. "Não é uma reunião de órgãos no Espaço da Cidadania. O que se propõe é uma nova filosofia no atendimento ao público, voltada ao respeito aos direitos humanos e à rapidez no atendimento," explica a coordenadora do Espaço da Cidadania em Teresina, Yara Regina Ferreira.

Em Teresina, a Central de Atendimento ao Cidadão do Programa Espaço da Cidadania conta com os serviços de 21 parceiros, funcionando das 7h30 às 18h30, de segunda a sexta-feira. Nesse horário, a população pode contar com os serviços da Secretaria de Segurança que expede carteira de identidade, do Departamento Estadual de Trânsito, da Eletrobrás Distribuidora, da Secretaria da Fazenda, Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí), da Junta Comercial e do Instituto de Marcas e Patentes. E têm ainda serviços como xerox, fotografia, apoio psicossocial, lanchonete, salão de beleza e biblioteca digital.

A coordenadora conta que o Espaço funciona como um laboratório. Quando é detectada demora no atendimento em um órgão, a coordenação entra em contato para saber o motivo e so-

lucionar o problema o mais rápido possível, mas sem ferir a legislação que trata da exigência de documentação. "O que mais se exige em relação ao serviço público é agilidade," diz Yara Regina.

Com as Centrais sendo gerenciadas pela Secretaria da Administração, o foco principal passou a ser o atendimento ao cidadão e a busca de soluções para agilizar o serviço, como a capacitação do pessoal e a digitalização da documentação. O tempo de espera varia de 25 a 30 minutos, mas há serviços mais rápidos, como a emissão do registro de nascimento, que é de 10 minutos, e segunda via de contas de luz, que demora menos de cinco minutos.



Espaço da Cidadania em Teresina



FOTOS DE GENÉSIO SANTOS/ASCOM

Agência de atendimento do Departamento Estadual de Trânsito



Darlam Rodrigues – sempre procura o Espaço da Cidadania em busca de serviços por ser mais rápido o atendimento

Os Espaços da Cidadania em Teresina e no interior foram reformados pela Secretaria da Administração, através do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em parceria com as prefeituras, o BID também financiou a implantação das Salas da Cidadania. O governo do Estado disponibiliza o projeto, feito de acordo com a situação do espaço físico,

equipamentos, treinamento e mobiliário e o município cede o espaço físico e o pessoal.

O coordenador do Pnage no Piauí, Raimundo Pereira, informa que a meta é instalar até o final do ano 50 salas. As Salas de Assunção do Piauí, Guaribas, Paes Landim, Porto Alegre, Boqueirão, São Julião, Conceição do Canindé e São Miguel do Tapuio estão funcionando em fase de adaptação, pois ainda faltam alguns ajustes, principalmente os relacionados à parte de informática, como acesso à internet. ■

Espaço da Cidadania atrai novos órgãos

O secretário de Estado da Administração, Evaldo Ciríaco, lembra que outros órgãos estão querendo integrar o Espaço da Cidadania, como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério da Fazenda, responsável pela emissão do Cadastro de Pessoa Física (CPF). Ele explica que a idéia agora é otimizar os serviços, tornando-os online. Com isso, o usuário pode ser atendido via internet. Outra meta é descentralizar os serviços, instalando Espaços da Cidadania nos bairros mais populosos de Teresina, o que também será feito com recursos do Pnage. “Além de usar a internet, o usuário evita desperdício de tempo e dinheiro”, resume.

Atualmente, um dos órgãos mais procurados no Espaço da Cidadania é o Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

São 22 pessoas no atendimento, que oferece serviços como renovação e segunda via da carteira de habilitação, emprego, transferência, mudança de placa, alteração de dados e vistoria em veículos. De acordo com a coordenadora da Agência, Ildenê Machado Sá, a qualidade do serviço tem gerado diversos elogios na Ouvidoria Geral do Estado.

Parceira desde o início, a Eletrobrás, antiga Companhia Energética do Piauí, também funciona no Espaço da Cidadania, oferecendo serviços como segunda via de conta de luz, ligação nova e transferência de nome. Em média, são mais de 50 atendimentos por dia. A responsável pela agência de atendimento no Espaço, Teresa Cristina Araújo Moreira, diz que a reforma na estrutura melhorou o ambiente e o sistema de senha organizou o trabalho, reduzindo o estresse.



RIO DE
JANEIRO

Banco Mundial financiará atividades inovadoras

Pró-Gestão ganha verba de U\$ 18,6 milhões que serão usados em dez projetos das áreas de Planejamento, Educação e Saúde

Por Roberta Machado Vieira | Seplag-RJ ■



O Estado do Rio de Janeiro vem trabalhando desde 2007 na ampliação de sua capacidade de investimento, através de diversas parcerias em torno de projetos que beneficiam a população fluminense. Todo esse processo culminou com a recente aprovação, pelo Banco Mundial, de uma verba de US\$ 18,673 milhões no âmbito do Programa de Renovação e

Fortalecimento da Gestão Pública (Pró-Gestão), englobando as áreas de Planejamento, Educação e Saúde. Com foco nessas três áreas estratégicas, foram elaborados 10 projetos com a finalidade de alcançar novos patamares de qualidade no gasto e na prestação do serviço público, gerando impactos diretos na população.

Esses projetos foram identificados, apresentados e aprovados durante as reuniões das missões do Banco Mundial com técnicos do governo do Estado. A Secretaria de Planejamento e Gestão, coordenadora do Pró-Gestão, em conjunto com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde e Defesa Civil, elaborou projetos que serão executados nos próximos quatro anos, beneficiando 1,3 milhão de alunos da rede pública estadual, 128 mil aposentados, 90 mil pensionistas, 72 mil professores e 10.087 médicos.

Segundo o secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sergio Ruy Barbosa, com o início de um processo de modernização da gestão pública, que não ocorria desde a fusão do antigo Rio de Janeiro com a Guanabara, nos anos 70, o Estado passou a ser respeitado como parceiro confiável de instituições financeiras do governo federal, como BNDES e Caixa Econômica Federal, e de organismos multilaterais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial.

O objetivo do desenvolvimento dos projetos componentes do Pró-Gestão concentra-se na área de gestão, visando à melhoria da efetividade do Estado através da implementação de atividades inovadoras voltadas para o acompanhamento dos resultados dos projetos e ações do programa de governo. Na área de Planejamento, haverá a implantação de um Programa de Gestão por Resultados; o aperfeiçoamento, automatização

a residência da princesa Isabel e do seu marido, Conde d'Eu. O Theatro Municipal, que apesar do nome, pertence ao Estado do Rio de Janeiro, foi inaugurado em 1909 e, desde então, recebe os principais nomes internacionais da ópera, do balé e da música erudita.

Na Educação, serão desenvolvidas iniciativas de formação continuada para os professores da rede estadual de ensino, com a criação da Casa do Educador; a introdução de um sistema de metas escolares anuais para subsidiar a elaboração do planejamento das unidades de ensino; e o fortalecimento da capacidade da Secretaria de Educação em avaliar o impacto de suas políticas, prioritariamente aquelas de natureza inovadora.



UPA – área interna



Atendimento na UPA

e padronização de gestão do Fundo Único de Previdência Social, o Rioprevidência; e o cadastramento do patrimônio imobiliário do Estado. Ao todo, serão cadastrados 4 mil imóveis da administração direta no Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado do Rio de Janeiro (SISPAT-RJ).

Entre esses imóveis encontram-se diversos prédios que fazem parte da História do Brasil. O Palácio Guanabara, no bairro das Laranjeiras, atual sede do governo fluminense, foi

Dentre os projetos da Saúde, estão a adoção de um método de avaliação dos recursos institucionais das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs 24h; a avaliação e o acompanhamento do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI, um sistema de apuração de custos das UPAs; e a customização de um módulo do sistema de compras do Estado (SIGA) para gerenciamento de toda a cadeia de suprimentos médicos, desde sua requisição, passando pela reserva orçamentária, licitação, homologação, empenho, entrega no almoxarifado central e sua distribuição às unidades, além do controle de estoque e ressuprimentos.

Esse conjunto de ações será mais um passo dado no amplo projeto de modernização da gestão pública que o Estado do Rio de Janeiro iniciou em 2007 e que está representando um salto histórico de mais de 30 anos. "Com a parceria do Banco Mundial e a capacidade gerencial que o Estado tem demonstrado nesses últimos anos, o Rio de Janeiro caminha no sentido de firmar-se como um exemplo da boa gestão pública no Brasil. Uma gestão moderna, eficiente, ancorada em tecnologia da informação e capaz de multiplicar os recursos do Orçamento do Estado em prol de melhores serviços prestados à população fluminense", afirmou o secretário Sergio Ruy Barbosa. ☐



RIO GRANDE
DO NORTE

Estado investe em pesquisa

Projetos de estudo e pesquisa na área de petróleo deverão atender às necessidades tecnológicas e de qualificação

Assessoria de Comunicação | SEARH-RN ■

Considerando a importância do segmento petróleo e gás para a economia do estado, o Governo do Rio Grande do Norte, por meio do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento (Pnage) e da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), desenvolveu um projeto para constituição do Centro de Tecnologia em Estudos e Pesquisas de Petróleo (CT-PET), um centro de pesquisas e desenvolvimento tecnológico voltado para atender as demandas do setor.

O CT-PET, na cidade de Mossoró, deverá atender as necessidades tecnológicas e de qualificação profissional, otimizando a prestação de serviços técnicos especializados e a busca pela inovação de produtos e processos na área. Além disso, a iniciativa ocorre em um momento importante, quando os campos produtores do estado, devido ao longo período em operação, apresentam natural declínio de produção.

O desenvolvimento de novas tecnologias, associado aos esforços que vêm sendo realizados em diversas outras instituições de pesquisas, contribuirá para reduzir o custo operacional e maximizar o retorno financeiro dos operadores. Com isso, aumenta a vida útil dos campos produtores e, por consequência, a viabilidade econômica dos projetos.

Num primeiro momento, as ações do CT-PET deverão ser direcionadas para o atendimento das necessidades das operações dos campos terrestres. Será oferecida educação profissional com ênfase em soluções tecnológicas acessíveis e de fácil mobilidade, garantindo, dentro do Rio Grande do Norte, pessoal qualificado para operação e manutenção em todas as fases do processo.

Além dos recursos financeiros do Governo do Estado, o CT-PET está em análise pela FINEP, que poderá financiar parte do projeto. O Centro será implantado nas instalações da UFERSA. ■

Capacitação em Compras Públicas

A Coordenadoria de Compras Governamentais, através da Escola de Governo, está promovendo o Programa de Capacitação em Compras Públicas, com o objetivo de aperfeiçoar métodos e desenvolver competências nas áreas de compras públicas. A idéia surgiu por falta de um programa que incentivasse o respeito à boa compra e, principalmente, pelo temor dos gestores públicos de que suas decisões sejam reprovadas pelos órgãos oficiais de controle devido às múltiplas interpretações da legislação que rege as licitações.

As ações da capacitação têm como objetivo o desenvolvimento gerencial e técnico dos servidores nas áreas de compras públicas, em sintonia com requisitos estratégicos e políticas fixadas pelo governo para o setor.

O servidor responsável pela condução do processo de aquisição de bens e serviços busca apenas cumprir o que está estabelecido em lei e, muitas vezes, acaba por não observar satisfatoriamente se o objetivo real da licitação foi alcançado, ou seja, a realização de uma boa aquisição. Da mesma forma, aproveitando-se deste contexto, alguns fornecedores vêm oferecendo produtos e serviços com padrões inferiores ao previsto, com o objetivo de poder atender ao indicativo de menor preço, formando, assim, um ciclo negativo na parceria comercial com o Estado.

Este Programa é constituído de um conjunto de ações de capacitação e treinamento do qual participam servidores que ocupam posições chave na gestão dos processos de compras públicas. Ele está estruturado em seis diferentes módulos, sendo eles Serviços Terceirizados: SIGEST – Conceitos e Prática; Licitação e Gestão de Contratos; Capacitação e Formação de Pregoeiro; Sistema de Registro de Preços; Formação de Preços e Licitações Internacionais.

Garanta o sucesso da sua gestão: Adote o Ergon



Utilizado por prefeituras de varias capitais:

São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre



Um em cada três Estados brasileiros já utiliza o Ergon

Mais de dois milhões de funcionários gerenciados



Auditoria continuada da Folha de Pagamento

RH e Folha de Pagamento integrados



Ergon - Gestão de Capital Humano no Setor Público

Agende uma demonstração pelo (11)2149 9200

 TECHNE®
www.techne.com.br



Governadora Yeda Crusius, Secretário Eloi Guimarães, Diretora Lisandra Silva, Subchefe Jurídico Cesar Marsillac, Chefe da Casa Civil Bercílio da Silva, Chefe de Gabinete da Governadora Thiago Lorenzon, no ato da assinatura das nomeações dos candidatos aprovados no Concurso Público - SARH



RIO GRANDE
DO SUL

RS investe na Gestão Pública

SARH moderniza Estado nos eixos de
Recursos Humanos, Compras e Patrimônio

Assessoria de Comunicação | SARH-RS ■

A Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos - SARH, sob o comando do secretário Elói Guimarães, apresenta importantes ações nos eixos de Recursos Humanos, Compras e Patrimônio Imobiliário, proporcionando o fortalecimento e a transparência da gestão administrativa.

Em junho de 2010, a SARH realizou um concurso público para servidores do quadro geral e técnico-científico do Esta-

do. Já foram nomeados 616 novos servidores que desempenharão suas funções em diversas secretarias e demais órgãos do Executivo.

Este concurso deixa uma marca histórica nesta gestão, pois a última seleção realizada pela pasta ocorreu em 1998. Foi necessária uma ação forte, fruto do planejamento, para a reposição de pessoal, já que entre 2010 a 2016, as secretarias sofrerão uma

grande perda de servidores, pois uma considerável parcela de seu atual quadro efetivo atingirá o direito de aposentadoria. A iniciativa da nomeação destes servidores teve como preocupação básica do governo a possível perda de seu capital intelectual e o conhecimento de seus processos de trabalho.

Buscando ainda o fortalecimento da gestão, foi realizada através da Escola de Governo, instituição voltada à capacitação de funcionários estaduais, o primeiro Curso de Licitação e Pregoeiros Oficiais do Estado. Os diplomas aos pregoeiros recém-formados foram entregues no dia 28 de setembro.

A Central de Compras do Estado (CECOM) deu início a duas iniciativas de fundamental importância para a comunidade gaúcha: a Revitalização do Cais Mauá e a Concessão administrativa para a construção e gestão das unidades penais, que compõem o complexo prisional, sem aduzir o grande desempenho e a economia que a referida Central desenvolveu.

Com vistas ao Projeto de Revitalização do Cais Mauá, tiveram início os procedimentos licitatórios na CECOM/RS. Na ocasião, foram entregues à Comissão Especial de Licitações, instituída pelo Governo do Estado, os envelopes com a documentação de habilitação e propostas.

Em relação ao processo licitatório, que trata da concessão administrativa para a construção e gestão das unidades penais, que compõem o complexo prisional, a Cecom-RS/Sarh publicou, no mês de setembro, o edital para a Concorrência Internacional da Parceria Público Privada (PPP).

Já na área de Patrimônio, buscou-se como alternativa para dar

celeridade ao processo de gestão patrimonial a efetivação de um inventário imobiliário. A atualização dos títulos de domínio dos imóveis oportunizou que a Administração Estadual conheça na sua totalidade os bens imóveis pertencentes ao Estado (Administração Direta) e às vinculadas (Administração Indireta: Fundações, Autarquias, Empresas e Companhias). É importante ressaltar ainda que o inventário imobiliário foi viabilizado a partir de uma ação conjunta entre o Governo do Estado com a SARH envolvendo também o Poder Judiciário, a Corregedoria do Tribunal de Justiça, os Cartórios dos Registradores e Notários, sem qualquer ônus para os cofres públicos. A partir da realização de levantamento, constata-se que aproximadamente 80% dos bens já foram analisados, digitalizados e disponibilizados para consulta on-line no Sistema Patrimonial. Após a conclusão do inventário imobiliário, será agregada a ação de fiscalização em cada imóvel, montando um check list sobre a situação de cada um e a sua utilização. Todos os registros relativos ao Patrimônio do Estado estarão disponibilizados por meio digital, o que permitirá maior controle e transparência dos seus atos. A iniciativa é pioneira no país servindo de modelo para as demais unidades da Federação.

Finalmente, procedeu-se entre cessões e doações de imóveis mais de 400 doações de patrimônios aos municípios gaúchos.

Todo esse desempenho, reconhecido publicamente, deve-se à grande gestão da Governadora Yeda Crusius que resgatou a credibilidade da Administração do Estado do Rio Grande do Sul, quando, por um conjunto de medidas de reestruturação das finanças gaúchas, consegue atingir o déficit zero. ☺

FOTOS DE DIVULGAÇÃO



Secretário Eloi Guimarães no Complexo do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF

Mais conteúdo, melhores soluções

A FGV Projetos, unidade de extensão de ensino e pesquisa da Fundação Getulio Vargas, cria soluções e aplica o conhecimento adquirido em suas escolas e institutos. Com escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo, a unidade desenvolve projetos no Brasil e no exterior.

20

Anos de
Experiência*

250

Consultores*

140

Projetos em Desenvolvimento
nos setores público e privado*

**Atuação em 17
estados brasileiros
e mais de 6 países**

Todo nosso conhecimento a seu favor



www.fgv.br/fgvprojetos

*números atualizados até novembro de 2010



Informatização na área de Recursos Humanos

Novo sistema moderniza Secretaria de Administração de Rondônia

Assessoria de Comunicação | SEARH-RN ■



Secretário de Estado da Administração Sr. Moacir Caetano de Sant'ana, entre assessores direto de Gabinete Blucy Rech Borges, Elizeth Mendes de Moraes e Mauro José de Souza, Assessor de Controle Interno José Janduhy F. Lima Jr. e chefe do controle interno no Gabinete Sr. Miguel Angel Arenas Rubio Filho

Os servidores do Estado de Rondônia, por meio da Secretaria do Estado da Administração – SEAD, já contam com novo sistema de processamento de informação na área de Recursos Humanos. Hoje, os serviços de folha de pagamento, sistema de protocolo, controle de processos e sistema de controle patrimonial do Estado passaram por processo de modernização completa.

O estado conta com aproximadamente 54 mil servidores. O atual sistema em transposição processa dados cadastrais e funcionais de todos os servidores - ativos e inativos-, e de pensionistas, e tem como principal função a geração de dados e cálculos para emissão mensal da folha de pagamento e procedimentos.

O novo sistema discrimina vínculos, provimentos, benefícios, licenças, afastamento e situações, bem como regime de trabalho, como celetista e estatutário. Também permite a elaboração de arquivos destinados à apropriação da folha de pagamento e à emissão dos créditos bancários, assim como os relatórios de imposto de renda retido na fonte e declaração de rendimentos para imposto de renda. A disponibilização da contagem de tempo de serviço e dos períodos exercidos de cargos de chefia, além do controle de férias e das licenças prêmio também pode ser realizada a partir dos dados cadastrados no novo sistema.

Com o sistema em implantação, também será possível a captação, manutenção e acesso online a informações pessoais e funcionais dos servidores ativos e inativos, desde a admissão ou nomeação até a vacância. Será possível também discriminar os diversos regimes jurídicos, como celetista, estatutários, RJJ e contratos temporários, além da qualificação profissional, como escolaridade, formação, cursos de extensão, treinamentos realizados e experiências anteriores.

Segundo o Secretário de Administração, Moacir Caetano de Sant'ana, com o novo sistema, o Estado de Rondônia entra definitivamente numa nova era. "Com essa atitude, o Governo do Estado de Rondônia vem lutando para melhorar as condições de vida funcional dos servidores, dando-lhes maior agilidade nas pesquisas e obtenção de seus dados".

O Sistema gera automaticamente os valores relativos aos benefícios dos dependentes tais como salários família e auxílios creche e educação. Há ainda, a disponibilização, online, da rotina de cálculo de rescisões de contrato de trabalho e demissões. Permite também a emissão de relatório por unidade administrativa informando por servidor/funcionário o período aquisitivo de férias, saldo de férias, data limite de utilização e data início das ultimas férias gozadas. ☐



SANTA
CATARINA

Programa moderniza comunicações em SC

Novo sistema de comunicação irá interligar
os órgãos da administração, fundações e
autarquia de todo o Estado

Assessoria de Comunicação ■



FOTOS DE DIVULGAÇÃO

Secretário da Administração de Santa Catarina, Paulo Eli

O Governo do Estado de Santa Catarina está em fase avançada de implantação do Programa Redes de Governo, projeto integrado de telecomunicações para transmissão de dados, voz e imagem em todo o Estado. O novo sistema, que tem como objetivo aprimorar a qualidade dos serviços de telecomunicações, irá proporcionar uma economia de até 50% nos gastos do setor.

As primeiras licitações foram abertas em 2007 e o processo foi concluído em abril de 2010. Das quatro etapas constantes do programa,

faltam apenas ser instaladas partes da estrutura de comunicação de voz e as novas centrais de telefonia, que permitirão a interligação via ramal de todos os órgãos da administração direta, fundações e autarquias existentes no Estado.

"Até o final de 2011 o projeto estará operando integralmente", assegura Luiz Carlos Pereira Maroso, coordenador do projeto e gerente de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Administração (SEA), em parceria com o Centro de Informática e Automação do Governo do Estado (Ciasc).

A tarefa de aprimorar o sistema de comunicações do Governo de Santa Catarina foi apontada como prioridade com a descentralização administrativa e a criação de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional.

"A estrutura física do Governo se expandiu para as diferentes microrregiões de Santa Catarina, e com isso tivemos de assegurar uma comunicação de qualidade e não onerosa entre esses órgãos e a sede central, em Florianópolis", observou o secretário da Administração, Paulo Eli. "Além disso, havia a necessidade técnica e financeira de se padronizar o conjunto de tecnologias de comunicação em uso no Governo", acrescentou.

A solução, segundo Maroso, foi estabelecer uma política integrada de comunicações que possibilitasse ao Estado proceder licitações globais em substituição aos contratos estabelecidos individualmente entre cada órgão e os fornecedores. "Com essa fragmentação, pagava-se mais caro por serviços que podem custar bem menos se contratados em conjunto, e muitos órgãos recebiam serviços de baixa qualidade, como as linhas dedicadas lentas, linhas ocupadas, além da deficiência na agilidade dos sistemas", explicou.

| Redução de Custos

Os resultados práticos decorrentes da adoção do Programa Redes de Governo foram sentidos já em 2007, com a implantação da sua pri-

meira etapa - Telefonia Móvel -, que proporcionou uma economia de 70% em relação aos valores pagos anteriormente pelo serviço. Naquele ano, o Governo gastou em torno de R\$ 5 milhões com dois mil aparelhos. Hoje são 6,2 mil aparelhos, e o custo anual com o serviço oscila em torno de R\$ 2,5 milhões, compara Maroso.

Impacto semelhante em economia e melhoria de qualidade foi verificado com a implantação do projeto Provimento, segunda etapa que garantiu o acesso à Internet, em 2009. Além de triplicar a velocidade, o Estado reduziu em 60% os custos, pagando cerca de R\$ 90 mil/mês pela utilização do sistema por todos os órgãos governamentais.

Quando o sistema estiver em plena operação, todos os órgãos do Governo, em todas as regiões do Estado, estarão interligados via ramal, representando uma economia considerável em telefonia interna. Além disso, ligações intermunicipais de órgãos governamentais com empresas ou pessoas físicas também terão redução de custos: a ligação será feita de órgão para órgão e deste para o número desejado, na mesma região ou município, custando para o Governo apenas o preço da ligação local.

Para se ter uma idéia da economia a ser proporcionada pela nova concepção da rede, Maroso informa que o Governo gasta anualmente R\$ 40 milhões em comunicação e que, concluído o projeto, o gasto anual previsto ficará em torno de R\$ 13 milhões. "Essa economia equivale à construção de um hospital regional por ano", afirma Paulo Eli.

O terceiro segmento do programa - "Montagem da Infra-estrutura de Comunicação" - é subdividida em três áreas tecnológicas específicas: Backbone, Capilaridade e Satélite, que, interligadas, visam a assegurar uma comunicação mais rápida, eficiente e compatível com os níveis de exigência da administração pública.

Num trabalho iniciado em 2009 e concluído em novembro deste ano, foram instaladas 42 salas de Backbone (centros de concentração de redes locais), nas diferentes regiões de Santa Catarina, todas diretamente conectadas ao Ciasc. O termo capilaridade designa o conjunto das redes locais que são ligadas ao Backbone e sua conexão se dá por meio de duas tecnologias distintas: fibra óptica e links de dados de qualidade.

No momento, os órgãos de Governo sediados em Florianópolis já contam com 90% da rede de fibra óptica instalada, e na região do litoral - da divisa com o Rio Grande do Sul até a divisa com o Paraná - o trabalho deve ser concluído até o final de 2011.

| Uma nova era

Para atender o restante do Estado, foi contratada uma empresa do Grupo Telecom que terminará de instalar, até meados do ano que vem, links de dados de qualidade para 4.300 pontos entre os órgãos locais e o Backbone. "São links com padrão, capazes de assegurar a mesma qualidade do serviço em todo o Estado, até que a fibra óptica seja expandida às regiões onde ainda não é disponível", afirma Maroso.

"Essa solução tecnológica de última geração, conjugando a capilaridade ao Backbone, vai melhorar sensivelmente a qualidade do sinal, dando agilidade bem maior ao sistema. Com isso, a comunicação no Governo de Santa Catarina está ingressando numa nova era", resume Paulo Eli.

Já a modalidade satélite é utilizada para conectar às salas de Backbone os 300 órgãos do Governo localizados fora dos perímetros urbanos: escolas, postos da Polícia Rodoviária Estadual, postos de fiscalização da Fazenda e da Agricultura.

A última etapa do programa Telefonia Fixa consiste na instalação de três centrais telefônicas de grande porte, localizadas em Florianópolis, Chapecó e Joinville, com capacidade para receber 35 mil ramais cada, de 41 centrais de médio porte e de 200 equipamentos conhecidos como Gateway, que possibilitarão a ligação das centrais existentes na nova rede. A licitação para esta etapa foi concluída em abril de 2010, e a previsão é de que até o final de 2011 toda a rede deve estar totalmente implantada. ☐



Luiz Carlos Maroso na sala de backbone



ISABEL MURRAY/SSP

Poupatempo Piracicaba, entregue à população no início do ano, tem capacidade para 4 mil atendimentos diários



SÃO PAULO

Poupatempo chega a 25 cidades

Meta de expansão do programa, que tem aprovação de 97% da população, será superada

Assessoria de Comunicação ■

Presente em apenas sete municípios do Estado de São Paulo em 2007, o Programa Poupatempo chegará a 25 cidades até o início de 2011. Concebidos para prestar serviços não só aos municípios onde são instalados, mas também em seu entorno, os postos do Plano de Expansão ajudarão a cobrir 87% Estado, atingindo uma população superior a 16 milhões de habitantes. Serão 20 novos postos, totalizando 31 e garantindo a presença em 13 das 15 regiões administrativas.

“A capilarização do atendimento do Poupatempo é um grande desafio para nós, pois significa investir pesado para levar a todo o estado um Programa que é referência absoluta de

bom serviço do Governo de SP, trabalhando para manter o padrão e o sucesso deste junto à população”, afirma o Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Marcos Monteiro.

As seis primeiras unidades deste pacote, inauguradas nas cidades de Osasco, Santos, São José do Rio Preto, Jundiaí, Taubaté e Piracicaba, fizeram a média de atendimentos diários do Programa saltar de 95 para mais de 108 mil. Os demais postos funcionarão na capital e nos municípios de Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Caraguatatuba, Franca, Marília, Mogi das Cruzes, Rio Claro, São Carlos, Sorocaba, Presidente Prudente e Tatuí.

Juntas, as 20 novas unidades do Poupatempo terão condi-

ções para realizar até 79 mil atendimentos diariamente, o que quer dizer que a meta inicial da Secretaria de Gestão Pública, de aumentar em 50% a capacidade de atendimentos diários do programa, será superada. Com 31 postos em operação, será possível superar os 170 mil serviços prestados por dia.

O investimento do governo paulista para levar a cabo a expansão do Poupatempo, com a entrega das novas unidades do serviço, é da ordem de R\$ 700 milhões. Para permitir a execução do plano de maneira rápida, todas as centrais estão sendo concebidas através de parcerias público-privadas. Dessa maneira, o investimento que seria feito pelo Governo para a implantação do Poupatempo é realizado pela iniciativa privada - com empresas selecionadas através de licitação - que terá retorno ao longo da vigência do contrato, que abrange um valor global a ser desembolsado pelo Governo do Estado em um período de cinco anos.

Dentro deste contrato, estão todos os gastos relativos à adequação de um posto do Poupatempo, com reformas, instalações elétricas, hidráulicas e de ar condicionado, sistemas de telefonia e cabeamento; à montagem da unidade, compreendendo mobiliário, equipamentos e sistemas de teleinformática, comunicação visual, recursos humanos, uniformes e treinamento de pessoal; e também a todo o valor necessário

à operação da unidade durante a validade do contrato, com salários, insumos necessários para o funcionamento do Posto, contas de consumo e impostos.

A maior cobertura do serviço também vai significar geração de emprego em todo o estado. O quadro de funcionários do Programa Poupatempo, que em 2007 era de aproximadamente 5,7 mil colaboradores, será acrescido em 54% até o início do próximo ano, passando para 8,8 mil. Dos mais de três mil novos postos de trabalho, 71% serão de funcionários contratados pelas empresas que vão administrar as 20 novas unidades. Isso sem contar os mais de dois mil empregos temporários gerados durante as obras e a montagem das centrais, e a movimentação do comércio e de outros serviços no entorno dessas unidades.

Todos os novos colaboradores passam por uma intensa capacitação, que abrange conhecimentos conceituais, comportamentais, além do treinamento relativo aos serviços que serão desempenhados pelos profissionais, com conteúdo teórico e prático, composto por visitas monitoradas para que seja conhecido em detalhe todo o funcionamento do Poupatempo. O objetivo da capacitação é fazer com que todas as unidades operem dentro dos padrões do Programa, cuja missão é atender os cidadãos com qualidade, eficiência e sobretudo respeito ao cidadão.



Inaugurada em 2008, unidade de São José do Rio Preto tem 100% de aprovação dos usuários

Tecnologia a serviço da desburocratização

Aprovado por 97% dos usuários, o Poupatempo consegue reduzir o prazo de emissão de uma Carteira de Identidade, por exemplo, de 30 para um ou dois dias. A maior inovação do programa, porém, está no Sintonia, um sistema de monitoramento que permite a gestão e a avaliação de cada uma das unidades.

A ferramenta, desenvolvida pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), monitora os tempos de execução dos serviços em mesa e coleta a opinião do cidadão sobre o atendimento recebido, imediatamente após a realização do mes-

mo, gerando indicadores de desempenho em níveis que vão desde o geral do Posto, passando pelo órgão, até chegar a uma única estação de trabalho. A solução tecnológica também permite aos gestores, remotamente, a verificação da quantidade de mesas ocupadas, máquinas em funcionamento ou desligadas.

Outra facilidade foi a instalação de terminais eletrônicos para permitir o pagamento de taxas de serviços como a emissão de RG através de cartões de débito, o que elimina a necessidade de o cidadão passar pelo Banco e otimiza o atendimento prestado. ☐



Meritocracia na Gestão Pública

A profissionalização da força de trabalho do servidor em todo o Estado tem sido uma das principais preocupações da Secretaria de Gestão Pública de São Paulo. Um trabalho que vem dando bons resultados à medida que o servidor sente-se mais valorizado e motivado a trabalhar, com reflexos diretos na melhoria do atendimento ao cidadão.

Depois de participar ativamente da formulação de projetos que levam a bonificação para outras secretarias, tais como Educação, Saúde, Centro Paula Souza (Escolas Técnicas), Planejamento e Fazenda, entre outros, a Gestão trouxe o Programa de Valorização pelo Mérito para dentro de casa, por meio da Lei Complementar nº 1104/2010.

O valor da bonificação será desvinculado do salário, mediante o cumprimento de metas, num sistema parecido com a participação nos lucros, comum no setor privado. Com um teto estimado em até 2,4 salários/ano (20% da re-

muneração total no período de um ano), o cálculo leva em conta o percentual de cumprimento das metas e índices de absenteísmo.

Ainda como forma de estimular a melhoria contínua do desempenho institucional, as áreas da pasta que apresentarem os melhores resultados no cumprimento das metas também poderão receber recursos orçamentários adicionais. Já os servidores públicos dessas unidades poderão ganhar um adicional de até 20% sobre o valor total do bônus.

Iniciativas similares de bonificação por resultados já foram implantadas, com sucesso, nas Secretarias de Educação, Planejamento, Fazenda e Centro Paula Souza. Neste último, por exemplo, os indicadores para a remuneração variável são: assiduidade do servidor, desempenho dos alunos, desempenho da unidade e empregabilidade dos formados pelas Escolas e Faculdades Técnicas (ETECs e FATECs).

Sistema mais humano

Com a descentralização de perícias, estado espera melhorar atendimento ao servidor público

Assessoria de Imprensa – Segesp – SP ■

A saúde do servidor é uma das questões mais complexas dentro da Administração Pública e, dentre elas, a Perícia Médica representa um dos maiores desafios. Com o objetivo de dar o melhor atendimento possível ao servidor também nesse departamento, a Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo vem desenvolvendo estratégias de humanização e gerenciamento que deverão agilizar todo o processo e dar ao funcionário mais condições para que enfrente a situação, adversa por natureza.

Dentre as medidas, destacam-se dois projetos. O primeiro é a descentralização do atendimento da perícia médica, com objetivo de atender os servidores públicos na região de residência. Antes, esse atendimento era possível apenas na sede do Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), na capital de São Paulo, ou em algumas unidades da Secretaria de Saúde.

A criação de 18 Núcleos de Perícias Médicas no Interior, localizados em diversas regiões do Estado, não apenas reduz o tempo gasto pelo servidor em deslocamento, como também agiliza a publicação do resultado das perícias, que diminui para até 50% do tempo atual.

Esses núcleos funcionarão em salas próprias nas mesmas dependências dos Ceamas (Centros de Assistência Médica Ambulatorial) do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público).

“O nosso objetivo é que licenças e homologações sejam realizadas regionalmente”, afirma o Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, Marcos Monteiro. “No futuro o DPME deverá funcionar apenas como uma instância superior, voltada a casos mais complexos do ponto de vista da medicina. Para tanto, a descentralização também deverá chegar à capital, com postos de atendimentos nas principais regiões da cidade e Grande São Paulo”, explica. ■

Agendamento eletrônico

A redução significativa de tempo entre o agendamento da perícia e a publicação do resultado no Diário Oficial do Estado é resultado de investimentos em tecnologia que permitem tanto o acesso rápido a dados pessoais e funcionais do servidor, como a liberação do resultado da perícia para publicação pelo próprio médico diretamente do núcleo de perícia do qual é responsável. Com o eSisla Web, sistema desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados (Prodesp) para o DPME, foi eliminada uma série de processos burocráticos. “Estamos ganhando tempo e eficiência”, diz Monteiro.

Com o novo sistema, também na capital o servidor ganha tempo, já que não terá de se deslocar do seu local de trabalho para fazer o agendamento, tendo de comparecer ao DPME apenas para a realização da perícia. Na cidade de São Paulo a redução do tempo de espera para a publicação do resultado da perícia deverá chegar a cinco dias. Antes, eram necessários 30 dias. “Estamos ganhando tempo e eficiência”, diz Monteiro.

O DPME foi transferido da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Gestão em 2008. Após uma série de medidas necessárias para adequar o departamento à nova realidade, em 2010 foi instituída a Gratificação pelo Desempenho de Apoio à Atividade Médico-Pericial (GDAMP), um incentivo aos médicos que migrarem daquela secretaria para reforçar o time do departamento de perícias médicas.

REFLEXÕES SOBRE A CONTINUIDADE DO PODER

* Marcos Monteiro ■

O ano de 2014 será histórico. Seremos os anfitriões da maior festa do esporte do planeta, a Copa do Mundo. E o mais importante: seremos hexacampeões! Alguém duvida?

Mas 2014 será um ano histórico para o Brasil também no campo político. Pela primeira vez após a abertura democrática, um partido político irá completar 20 anos à frente de um governo.

A vitória de Geraldo Alckmin confirma o reconhecimento da população de São Paulo de um trabalho que começou em 1995, com o governador Mário Covas. Ao longo dos anos esse trabalho vem sendo aprimorado por líderes tucanos que se esforçam em manter o legado daquele que foi um dos maiores homens públicos que o Brasil já conheceu.

Com a aprovação e reconhecimento inéditos, vem a responsabilidade. Maior do que tudo, afinal, não há espaço para apelar ao desconhecimento e, muito menos, culpar a gestão anterior. Não há dúvidas de que ainda há muito a se fazer, mas o sucesso de ações desenvolvidas ao longo desses anos nos mostra o caminho a seguir.

Em São Paulo, os bons resultados da continuidade podem ser demonstrados pelo sucesso de ações em áreas tais como ensino técnico profissionalizante, serviços ao cidadão e saneamento. Entre 1995 e 2010 o governo paulista aumentou em quase dez vezes os investimentos em educação profissional, aumentando o orçamento destinado às Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e às Faculdades de Tecnologia (Fatecs) de R\$ 125 milhões para R\$ 1,2 bilhão.

Considerada área fundamental para o desenvolvimento econômico e a inclusão social, hoje são mais de 200 mil estudantes nas 192 Etecs e 46 mil nas 49 Fatecs espalhadas

pelo Estado. Excelência de ensino comprovada tanto pelo lado acadêmico -- das 50 melhores escolas estaduais do Brasil, 38 são Etecs --, quanto profissional: a empregabilidade dos formados chega a 93%.

Facilitar a vida do cidadão, valorizando o seu tempo e oferecendo a ele serviços públicos com qualidade, eficiência e sem qualquer tipo de discriminação ou privilégios. Com esse objetivo nascia em 1997 o primeiro posto do Poupatempo, no centro da capital. Até o início de 2011 serão 31 postos, localizados em 13 das 15 regiões administrativas de São Paulo, o que significa uma cobertura de 87% do Estado. Serão mais de 170 mil serviços por dia.

Pesquisa Ibope realizada anualmente reafirma o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pelo Poupatempo. Em 2009, a aprovação dos usuários chegou a

97%. O programa é hoje modelo de referência não só para o serviço público, mas também para a iniciativa privada. Resultado de um trabalho que não seria possível com interrupções e cortes de estratégia.

Na área de saneamento, mostramos como uma empresa estatal pode cumprir o seu papel junto à população, oferecendo serviços de qualidade, priorizando o meio ambiente e gerando lucros aos acionistas, sem nunca perder o seu caráter público.

Desde o redesenho organizacional implantado na empresa por Covas em 1995, quando encontrou uma empresa em crise e assolada por dívidas, até os dias de hoje, o percentual de domicílios urbanos com coleta e tratamento de esgoto saltou de 34% para 75%. Serviços de qualidade oferecidos por uma empresa forte, com ações negociadas no Novo Mercado da Bovespa e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), valorizando o patrimônio público do Estado e indo além de suas fronteiras.

66
NÃO HÁ DÚVIDAS DE QUE AINDA HÁ
MUITO A SE FAZER, MAS O SUCESSO DE
AÇÕES DESENVOLVIDAS AO LONGO DESSES
ANOS NOS MOSTRA O CAMINHO A SEGUIR

66

* MARCOS MONTEIRO É SECRETÁRIO DE GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO



TO implanta projeto de troca de experiências

Boas práticas devem ser aprendidas e disseminadas como fator positivo na administração pública. O Ensinando e Aprendendo tem essa prerrogativa no serviço público do Tocantins

Joésia Cardoso | Secad-TO ■



Secretário da Administração Eugênio Pacceli

Buscando trocar experiências entre os servidores de diversas áreas da administração pública, a Secretaria da Administração do Estado do Tocantins promove, desde 2003, o projeto Ensinando e Aprendendo. A ação busca o aperfeiçoamento dos servidores e colaboradores, envolvidos nas questões administrativas, orçamentárias, financeiras, contábeis e de controle interno.

O projeto foi idealizado pelo superintendente de Administração e Finanças da Secretaria da Administração, Senivan Almeida de Arruda quando ainda era gestor na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins. A ideia foi encampada pelo então secretário da Saúde, Eugênio Pacceli e implantado pelo mesmo na Secretaria da Administração, já que o resultado foi muito positivo nesses últimos órgãos.

De acordo com Arruda, o Ensinando e Aprendendo tem seu objetivo maior socializar o conhecimento entre as áreas por meio da interatividade e troca de informações sobre o funcionamento de cada setor. Por exemplo: quem trabalha com patrimônio repassa seu conhecimento para servidores do departamento financeiro e num outro momento conhece melhor como é gerenciada a receita da pasta.

Segundo ele, o Ensinando e Aprendendo já é uma realidade na Secad e a proposta de trazer para o órgão os bons resultados obtidos com este trabalho deve ser sempre difundido. "Vale lembrar que haverá participação não apenas dos próprios servidores

da pasta como também de convidados", afirma ressaltando que boas práticas são aprendidas e disseminadas como fator positivo na administração pública.

Já para o secretário da Administração, Eugênio Pacceli, "para uma boa gestão é necessário conhecer bem o que o companheiro que está no setor ao lado faz e isso ajuda até em tomadas de decisões", ressalta Pacceli, acrescentando que essa metodologia do projeto traz avanços para a organização inclusive nas relações interpessoais. "Quando entendemos o que o outro executa fica mais fácil entender as dificuldade e até ajudar na busca por soluções", considera.

Desde a sua implantação na Secretaria da Administração, já foram 17 oficinas para servidores com temas que vão desde Suprimento de Fundo a Cadastro de Sistema Patrimonial passando por Licitação Pública a Contratos Administrativos.

Para a diretora de Cadastro do Plansaúde – Plano dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins que é gerenciado pela Secad, Seny Arruda, o projeto Ensinando e Aprendendo tem dado uma contribuição fundamental no que compete a troca de informação e conhecimento de competências do órgão. "É uma experiência riquíssima e uma oportunidade de repassar nossos conhecimentos, ainda na nossa área, já que a maioria dos servidores da Secad é assistida pelo Plansaúde", afirma. Seny foi uma das ministrantes da oficina do Ensinando e Aprendendo.

Já a coordenadora Financeira da Secad, Adenilde Nunes, acostumada com processos, pagamentos e notas, descobriu nos encontros a importância da troca de experiências. No de Recursos Humanos, por exemplo, chamou sua atenção pelos meandros das atividades executadas pelos colegas. "Quando descobrimos as dificuldades do outro setor fica fácil até ajudar e entender procedimentos e prazos", salientou.

O Projeto Ensinando e Aprendendo já capacitou na Secretaria da Administração do Estado do Tocantins cerca de 590 servidores nas suas diversas áreas de atuação e deixou registrada uma ação mais do que fortalecida no serviço público, uma história que teve começo, mas não tem fim: a capacidade de renovação e construção do conhecimento imprescindível para a organização do futuro. ■

TRANSVERSALIDADE E COOPERAÇÃO EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

João Carlos Derzi Tupinambá* e Letícia Vinhas ** ■

A Petrobras, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (Seplag-RJ) e o Município de Macaé têm confirmado a efetividade das ações transversais para o fortalecimento regional e para a diminuição dos desequilíbrios verticais e horizontais. Projetos estratégicos, desenvolvidos através do Programa de Desenvolvimento Social de Macaé e Região (Prodesmar), demonstram o sucesso de instrumentos de cooperação intergovernamental para potencializar a intervenção do poder público na execução de atribuições que são compartilhadas entre distintas esferas de governo, promovendo a concretização do Federalismo Cooperativo no país.

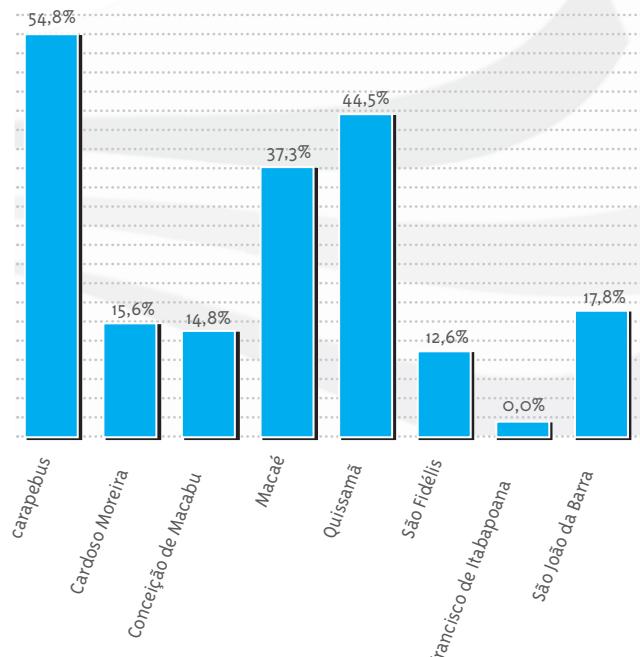
A finalidade do Programa é aprimorar o planejamento e o desenvolvimento das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, afetadas direta e indiretamente pelas atividades do setor petrolífero. Nesse sentido, o Prodesmar tem como objetivo viabilizar projetos que beneficiem a força de trabalho e a sociedade local, contribuindo para a sustentabilidade por meio de ações estruturantes que promovam melhorias na qualidade de vida da população.

Em alguns Municípios, a não-exploração do potencial para arrecadar receitas tributárias próprias é causada pela falta de instrumentos na gestão municipal, tais como: planejamento, legislação, infraestrutura física e tecnológica, e capacitação dos servidores. Além disso, a região tem quase a totalidade de suas receitas vinculadas às transferências intergovernamentais - constitucionais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou compensatórias, provenientes dos royalties. (vide gráfico)

Não obstante os esforços dos Municípios em direcionar os recursos provenientes dos royalties para projetos cujos outputs promovam melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os indicadores ainda encontram-se aquém do desejado. Portanto, os vultosos investimentos que estão sendo realizados, principalmente no Norte Fluminense, associados à Bacia de Campos, tornam-se uma extraordinária oportunidade, no sentido de mitigar problemas relativos à educação, distribuição de renda e oferta de empregos, por meio da promoção do desenvolvimento econômico e social.

Dentre as ações do Prodesmar, destacam-se cinco convênios entre a Petrobras e o Poder Público: a duplicação da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), no trecho Macaé; a melhoria operacional do 9º Grupamento de Bombeiro Militar; o sistema de monitoramento por câmeras e despacho de viaturas (novo 190); a qualificação profissional de jovens e adultos não-ex-

Participação dos royalties do petróleo na receita corrente líquida da Região Norte



Fonte: STN 2008 / Análise: Marcelo Dreicon

clusiva à cadeia do petróleo; e o Planejamento Estratégico do Norte e do Noroeste Fluminense.

A instituição dos convênios, além de proporcionar ganhos múltiplos para a sociedade, tem facilitado a fruição das policies através dos diversos entes governamentais. Os resultados positivos podem ser identificados: no aprimoramento da coordenação federativa; no fortalecimento do papel do Estado como agente



planejador, regulador e fiscalizador de serviços públicos; e na possibilidade de incrementar a efetividade das políticas públicas executadas em parceria.

Um dos convênios de maior relevância na região tem sido o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. O Plano tem como propósito contribuir para a melhoria da infraestrutura pública e ampliar as oportunidades de trabalho e renda por meio de ações sinérgicas que valorizem o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros das instituições envolvidas. Dessa forma, pretende-se minimizar as externalidades negativas consequentes da extração petrolífera do Norte-Noroeste, bem como aproveitar as potencialidades locais, estimulando ações cooperativas e coordenadas que proporcionem um desenvolvimento de longo prazo.

O Plano, elaborado pelo Consórcio Rionor (vencedor do certame), foi dividido em quatro etapas: (1) Análise Situacional da Região, produzida através de entrevistas, visitas técnicas, oficinas de trabalho e questionários; (2) Estratégia de Desenvolvimento Regional, contendo Objetivos, Metas, Programas, Empreendimentos ou Iniciativas, a fim de constituir a Visão, os Eixos de Desenvolvimento estratégicos e os Programas Estruturantes; (3) Carteira de Projetos Iniciais, correspondendo ao Programa de Desenvolvimento Regional; (4) Carteira de Projetos finais, desenvolvidos e especificados, que serão levados à apreciação pública.

Concluído o objeto do convênio, já está disponível uma carteira composta por 52 macroprojetos estruturantes e articulados de curto, médio e longo prazos (para um horizonte 2035), contendo especificações básicas e estratégias de suporte financeiro, a fim de induzir e promover o processo de desenvolvimento regional. Segundo o secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, Sergio Ruy Barbosa, "alguns projetos serão priorizados, para sua execução gradual, considerando os recursos disponíveis".

Recentemente, assinou-se o aditivo para execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Silvicultura do Norte e Noroeste Fluminense – visando à implantação de florestas comerciais como oportunidade de investimento no setor agropecuário da região. A silvicultura representa uma das possibilidades de diversificação das atividades produtivas, reduzindo a relação de dependência em relação aos royalties.

Espera-se que esses projetos tornem-se vitrine para outras regiões, estimulando o compartilhamento de boas práticas da gestão, capazes de gerar soluções transversais, em função da convergência de interesses entre o Poder Público Estadual, Municipal e outros agentes sociais. A formulação de políticas públicas integradas tende a reduzir as desigualdades socioeconômicas e socioculturais, além de contribuir para a elaboração de programas adequados às realidades dos Municípios (e Macrorregiões) e efetivos na obtenção de resultados de longo prazo.

* JOÃO CARLOS DERZI TUPINAMBÁ – GESTOR DO PRODESMAR E COORDENADOR GERAL DO PNAGE – UCE-RJ/ SEPLAG-RJ;

** LETÍCIA VINHAS – ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL E COORDENADORA GERAL DE CONVÊNIOS / SEPLAG-RJ.

EXPEDIENTE

PRESIDÊNCIA

Presidente: Sergio Ruy Barbosa Guerra Martins – Rio de Janeiro
Primeiro Vice-Presidente: Antônio Fernandes Neto – Paraíba
Segundo Vice-Presidente : Elói Francisco Pedroso Guimarães – Rio Grande do Sul

JUNTA FISCAL

Palo Eli – Santa Catarina
Desirée Custódio Mota Gondim – Ceará
Wilson Modesto Figueiredo – Pará

CONSELHEIROS – MEMBROS DO CONSAD

ACRE – Mâncio Lima Cordeiro
Secretário de Estado de Gestão Administrativa
ALAGOAS - Guilherme Souza Lima
Secretário de Estado da Gestão Pública
AMAPÁ - Saldete Maria Martins Costa
Secretária de Estado da Administração
AMAZONAS - Ligia Abrain Fraxe Licatti
Secretária da Administração e Gestão
BAHIA - Manoel Vitório da Silva Filho
Secretário de Estado da Administração
CEARÁ - Desirée Custodio Mota Gondim
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão
DISTRITO FEDERAL - José Itamar Feitosa
Secretário de Estado do Planejamento e Gestão
ESPIRITO SANTO - Heráclito Amâncio
Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos
GOIÁS - Alessandro Melo da Silva
Superintendente de Gestão Estadual da SEFAZ
MARANHÃO - José Henrique Campos Filho
Secretário de Estado da Administração e Previdência Social
MATO GROSSO - Bruno Sá Freire Martins
Secretário de Estado da Administração
MATO GROSSO DO SUL - Thie Higuchi Veigas Santos
Secretária de Estado da Administração
MINAS GERAIS - Renata Maria Paes de Vilhena
Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

PARÁ - Wilson Modesto Figueiredo

Secretário de Estado da Administração

PARAÍBA - Antônio Fernandes Neto

Secretário de Estado da Administração

PARANÁ - Maria Marta Renner Weber Lunardon

Secretária de Estado da Administração e da Previdência

PERNAMBUCO - José Francisco Cavalcanti Melo Neto

Secretário de Estado da Administração

PIAUÍ - Evaldo Cunha Ciríaco

Secretário de Estado da Administração

RIO DE JANEIRO - Sergio Ruy Barbosa Guerra Martins

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

RIO GRANDE DO NORTE - Paulo César Medeiros

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

RIO GRANDE DO SUL - Elói Francisco Pedroso Guimarães

Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

RORAIMA - Ana Lucíola Vieira Franco

Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração

RONDÔNIA - Moacir Caetano de Sant'Ana

Secretário de Estado da Administração

SANTA CATARINA - Paulo Eli

Secretário de Estado da Administração

SÃO PAULO - Marcos Antônio Monteiro

Secretário de Estado da Gestão Pública

SERGIPE - Jorge Alberto Teles Prado

Secretário de Estado da Administração

TOCANTINS - Eugênio Pacceli de Freitas Coelho

Secretário de Estado da Administração

REVISTA

Edição: FSB Comunicações

Projeto gráfico e diagramação: FSB Comunicações

Matérias: As matérias e fotografias desta revista foram cedidas pelos assessores de comunicação dos estados publicados nesta edição.

Impressão: Gráfica Alpha

Tiragem: 1.500 exemplares

REVISTA GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO

Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – Consad
Endereço: SRTVS – quadra 701, lote 4, bloco 0, entrada A, salas 128/130
Cep 70 340 000 Brasília/DF
Telefax (61) 3322 5520
E-mail: consad@consad.org.br
Site: www.consad.org.br
Secretaria-Executiva: Iracy Gomes Nunes